

SOCIUS Working Papers

**Revisitando as teorias sobre
a divisão sexual do trabalho**

Sara Falcão Casaca

Nº 04/2009

**SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa
R. Miguel Lupi, 20 1249-078 Lisboa
Tel. 21 3951787 Fax:21 3951783
E-mail: socius@iseg.utl.pt
Web Page: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>**

Revisitando as teorias sobre a divisão sexual do trabalho

SOCIUS /2009

Sara Falcão Casaca

Professora Auxiliar, Sociologia/Departamento de Ciências Sociais
ISEG, Universidade Técnica de Lisboa
SOCIUS (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações)
Rua Miguel Lupi, 20
1249-078 Lisboa
Telefone: ++351213925935
Fax: ++351213925940
e-mail: sarafc@iseg.utl.pt
website: <http://www.iseg.utl.pt/docentes/docentes.php?qual=1032>

Índice

1. Teorias que se centram na divisão sexual do trabalho doméstico	5
1.1. As teorias do capital humano e a nova teoria da economia familiar	5
1.2. A teoria das preferências individuais: o primado da agência.....	9
2. Teorias sobre a divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho	15
2.1. As teorias do exército industrial de reserva e da desqualificação	15
2.2. As teorias da segmentação e da dualização do mercado de trabalho	20
3. Teorias dos dois sistemas	24
3.1. A interdependência harmoniosa entre o sistema capitalista e o sistema patriarcal.....	26
3.2. A interdependência conflituosa entre os sistema capitalista e o sistema patriarcal.....	28
4. A influência do paradigma pós-estruturalista.....	31
4.1. Teorias sobre a construção do género (doing gender).....	31
4.2. Teorias sobre a (des)construção do género	33
5. Abordagens pluralistas: entre o estruturalismo e o construtivismo social.....	35
5.1. Teorias socioconstrutivistas sobre as relações de género	36
5.2. Teorias sobre a interdependência entre sistemas institucionais e relações de género	41
5.3. Teorizações sobre a influência do papel do Estado nas relações de género...	43
5.4. Teorias sobre a influência dos sistemas culturais na configuração dos contratos de género	49
Referências bibliográficas	53

Introdução

Procurámos seleccionar e reunir algumas das teorias que, no domínio das ciências sociais, têm problematizado a divisão sexual do trabalho. Importa justificar que se trata aqui apenas de uma tentativa de compilação, necessariamente incompleta, de algumas perspectivas. Este texto está, assim, longe de procurar ser representativo de todo o património teórico sobre a divisão sexual do trabalho – tarefa, aliás tão ambiciosa quanto impossível - mas tão só reunir os contributos que nos pareceram mais próximos e relevantes no quadro dos nossos temas de investigação.

Trata-se de teorias que reúnem, fundamentalmente, contributos da Sociologia, da Economia e da Teoria Feminista (onde se incluem perspectivas de diversos domínios científicos), e que se desenvolveram sobretudo após os anos de 1970 – altura em que se poderá falar de uma ruptura de paradigma (Torres, 2001) -, as ciências sociais, e a Sociologia em particular, descuraram até aí análise das relações de género (Hirata e Kergoat, 1998).¹ Por conseguinte, até essa altura as condições sociais das mulheres foram objecto de estudo praticamente exclusivo das correntes feministas.

Num primeiro momento, destacamos aquelas teorias que, à luz de uma perspectiva neoclássica, colocam a tónica nos factores externos ao mercado de trabalho e se alinham no individualismo metodológico (teorias do capital humano e teoria das preferências). Depois, exploramos o contributo daquelas perspectivas teóricas que, no quadro do paradigma estruturalista, analisam a divisão sexual à luz do mercado de trabalho. Serão ainda analisadas as teorias que procuram apreender o fenómeno da segregação sexual a partir da análise de dois sistemas: o patriarcal e o capitalista. Posteriormente, a nossa atenção recai sobre os contributos teóricos de orientação pós-estruturalista, e, por fim, procuramos trazer a lume as perspectivas pluralistas, as quais se distinguem pelo esforço de reunir os princípios teórico-metodológicos do estruturalismo e os da acção social (*agency*).

¹ Refere Anália Torres (2001: 60) que, nesta altura, por força das mudanças operadas no plano de valores e de comportamentos dos anos 1960, das manifestações e reivindicações protagonizadas pelas feministas da segunda vaga, ocorre, na Sociologia em particular, “um processo de transição conceptual e de imagem: a passagem de uma noção de mulher-natureza, condicionada pelas suas funções biológicas e por um destino específico, para uma concepção de mulher-indivíduo.

1. Teorias que se centram na divisão sexual do trabalho doméstico

1.1. As teorias do capital humano e a nova teoria da economia familiar

As teorias sobre o capital humano, também glosadas como teorias neoclássicas, desenvolveram-se fundamentalmente a partir do contributo do economista americano G. S. Becker (*Chicago School of Economics*).² Nas suas raízes neoclássicas, estas teorias partiram da dissociação entre trabalho (sinónimo de desutilidade) e lazer (associado a utilidade). Destacaram que, numa lógica racional, os indivíduos decidem, no momento de oferta da sua força de trabalho, entre rendimento e substituição: quando o rendimento auferido não é suficiente, decidem afectar mais tempo ao trabalho em detrimento do lazer; ao invés, quando aumenta o rendimento e o montante é considerado suficiente, há uma menor afectação de tempo a este nível e uma maior procura de prazer (lazer) (cf. Perista e Lopes, coord., 1999: 44-50).

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho impulsionou estas teorias a deslocarem o *focus* de análise da decisão individual para a decisão do agregado familiar e, neste sentido, para a oferta de trabalho do casal (economia da família). Nesta fase, o trabalho doméstico deixa de ser visto como parte integrante da esfera do lazer, passando a ser encarado como fonte de utilidade individual. Já o trabalho assalariado é fonte de utilidade social, porquanto é dele que decorre o bem-estar da família (expresso pelo consumo total de bens e serviços) e a prosperidade da economia em geral) (Becker, 1993).

Entende-se que a tomada de decisão racional, relativa à afectação dos tempos e ao investimento em capital humano, tem lugar no seio da família. A divisão sexual do trabalho decorre, por um lado, do facto de a mulher, devido a factores que se prendem com a sua própria natureza e funções biológicas, se encontrar particularmente vocacionada para uma especialização no campo das actividades domésticas e dos cuidados familiares (especialização no sector agregado doméstico/família), enquanto os homens tendem a especializar-se no sector do mercado de trabalho, na tarefa de provisão de sustento económico. Ao contrário

² Também considerado um dos fundadores da teoria da nova economia familiar– *The new household economics*. Ao abrigo desta perspectiva, o trabalho remunerado é associado a desutilidade, na medida em que as motivações individuais em relação ao mesmo são instrumentais (o envolvimento no trabalho remunerado decorre, portanto, da necessidade de prover economicamente a família, assumindo-se como obrigação e como algo penoso na vida dos indivíduos). Já o lazer é visto como sinónimo de utilidade, na medida em que é fonte de prazer e de expressão (livre) individual. A partir da década de 1970, as teorias neoclássicas foram aprofundadas por Johnson e Stafford; Lloyd e Nimej; Mincer, Polachecek e Siebert (cit. in Gregory e Windebank, 2000: 105). Também a teoria das preferências, desenvolvida por Hakim, que desenvolveremos mais à frente, reflecte a influência dos princípios neoclássicos e do capital humano.

destes, as mulheres não investem tanto nas suas capacidades produtivas e na eficiência no mercado (*market efficiency*), dando normalmente prioridade ao espaço doméstico e à família (Becker, 1993: 39-40). Uma vez observada a participação feminina no mercado de trabalho, constata-se um diferencial em capital humano em favor dos homens, o qual, por sua vez, está na base de uma menor produtividade no sector de mercado. Assim se explica, portanto, a sobre-representação das mulheres nos postos de trabalho menos remunerados e qualificados (*id. ibid.:* 75).

No fundo, são as diferenças intrínsecas entre os sexos que acabam por sustentar, no seio do agregado doméstico, uma decisão racional apoiada no cálculo dos ganhos de uma especialização funcional diferenciada. Essa decisão resulta, pois, da análise lógica do custo de oportunidade do tempo gasto na esfera de produção doméstica e na esfera do trabalho assalariado. Como o investimento em capital humano é proporcional ao tempo que se lhe consagra, o agregado pretende maximizar a sua utilidade social (o bem-estar da família), decidindo portanto pela especialização funcional (e conseqüente divisão sexual) do tempo (Becker, 1993).³

Do outro lado, os empregadores optam, racionalmente, por recrutar os indivíduos com maior capacidade produtiva, sobretudo quando em causa está o preenchimento de postos de trabalho que requerem qualificações elevadas (empregos bem remunerados). A força de trabalho feminina é, em geral, percebida como mais dispendiosa, o que resulta fundamentalmente dos custos indirectos associados à maternidade. As mulheres faltam mais do que os homens, por força das obrigações familiares; estão menos disponíveis para determinados horários; e, frequentemente, interrompem ou abandonam o percurso laboral. De acordo com o modelo comportamental desenvolvido por Becker, os empregadores, à semelhança do que acontece com outros actores em geral, têm preconceitos em relação a certos grupos de pessoas com características diferentes. Empregar indivíduos do sexo feminino, de etnias minoritárias ou com deficiências físicas, equivale, pois, a contratar indivíduos de valor inferior (Becker, 1971, cit. *in* Anker, 1997: s/p). Estabelece-se, desta forma, um ciclo vicioso que reproduz a divisão sexual: a especialização das mulheres em tarefas domésticas conduz à sua desvalorização no mercado de trabalho e, conseqüentemente, ao desencorajamento da sua participação naquele sector. As decisões daqui conseqüentes actuam no

³ À luz deste raciocínio, os agregados domésticos unipessoais são menos eficientes porque não lhes é possível beneficiar da diferenciação/especialização sexual (*id. ibid.:* 39). Quanto à decisão, esta cabe ao chefe de família - pessoa que, dadas as suas funções de utilidade social, é normalmente o homem (cf. Perista e Chagas Lopes, coord., 1999). Na esteira desta perspectiva, os autores americanos Robert Blood e Donald Wolfe defenderam que a divisão sexual do trabalho entre os cônjuges decorre de uma decisão racional tomada por ambos, a qual assenta na ponderação racional da rentabilidade e optimização dos seus recursos (cit. *in* Torres, A., 2001: 80). Segundo Anália Torres (2001), um dos elementos centrais desta perspectiva é o de integrar a análise dos efeitos da distribuição assimétrica de recursos nas relações de poder e de autoridade entre o casal.

sentido de perpetuar o maior investimento dos homens em capital humano e a sua situação mais privilegiada no mercado de trabalho (Becker, 1993:75).

O argumento central é, assim, o de que o mercado de trabalho funciona de uma forma racional, pelo que há uma lógica económica subjacente às práticas sexualmente discriminatórias. A posição dos/as trabalhadores/as no mercado de trabalho é determinada pela sua capacidade produtiva, a qual resulta da quantidade de capital humano acumulado e dos investimentos realizados a este nível (habilitações escolares, qualificações técnicas e tácitas, competências profissionais e experiência profissional) (cf. Collinson, D., *et al.*, 1990). Quanto mais elevado o capital humano, maior a capacidade produtiva e, por sua vez, a probabilidade de o indivíduo ocupar uma posição privilegiada na esfera do emprego, e de auferir salários e ganhos mais elevados (cf. Chagas Lopes, M., 2000).

De acordo com esta linha de raciocínio, são portanto as decisões racionais tomadas pelos actores no mercado, quer do lado da oferta quer do da procura, que determinam as diferentes posições na esfera do emprego. Os sujeitos, homens e mulheres, estão libertos, nas suas decisões, de quaisquer constrangimentos normativos (cf. Tam, M., 1997). Uma vez que este é o padrão de tomadas de decisão na família, as mulheres acabam por competir umas com as outras pela obtenção de um lugar entre as profissões pouco exigentes e socialmente menos valorizadas, por empregos mais precários e/ou com horários mais reduzidos. É este excesso de oferta de trabalho feminino para este tipo de postos de trabalho que, por sua vez, deprecia os salários das mulheres e explica a subremuneração das mesmas em relação aos homens (cf. Ferreira, V., 1996, 2003).

Tal como à luz do funcionalismo sociológico, está portanto subjacente o pressuposto que as diferenças biológicas entre homens e mulheres estruturam a forma como a sociedade se encontra organizada. A maternidade está historicamente associada à especialização feminina em tarefas domésticas e não remuneradas – e, como lembraria Parsons, ao papel expressivo. Dadas as responsabilidades e os afazeres domésticos e familiares, as mulheres não se encontram motivadas a prosseguir com o investimento no plano profissional, libertando assim os homens para a aquisição de qualificações e competências nesse domínio. Para os economistas do trabalho que deram corpo a estas teses, à decisão tomada na família subjaz um critério básico de racionalidade económica: o elemento do casal mais produtivo no mercado é aquele que investe na esfera profissional - ou, de acordo com o pensamento parsoniano, aquele a quem cabe o desempenho do papel instrumental. Todavia, fica por explicar porque razão as mulheres solteiras e sem filhos/as, portanto libertas das funções ligadas à maternidade, preponderam, tal como as demais, em postos de trabalho e profissões subremuneradas e socialmente menos valorizadas (Blackburn *et al.*, 2002).

Trata-se, portanto, de uma perspectiva que, ao relevar a racionalidade, pressupõe que os seres humanos decidem e actuam libertos de quaisquer constrangimentos ideológicos, normativos ou materiais.⁴ O quadro teórico de referência concentra-se sobretudo na importância da análise individual dos proventos económicos (recompensa extrínseca), em detrimento das recompensas de natureza intrínseca, como é o caso da procura de realização e de satisfação pessoal (cf. Perista e Lopes, coord., 1999; Blackburn, *et al.*, 2002). Kellerhals, nomeadamente, coloca a tónica no peso da afectividade (gratificação afectiva) que pode estar na base da decisão de uma mulher pela condição de doméstica, mesmo que seja portadora de elevados recursos socioprofissionais - situação que, aos olhos dos pressupostos das teorias do capital humano, figuraria como resultante de uma decisão irracional (cit., *in* Torres, A., 2001:81). Outro sociólogo da família, François de Singly, salientava, nos finais dos anos 80, que os recursos (capitais) detidos por ambos os cônjuges não são independentes da ideologia de género (*id. ibid.*). Neste sentido, qualquer negociação ou decisão tem como pano de fundo uma relação ideológica e materialmente assimétrica (cf. Torres, 2001; Lurol, 2001).

Acresce que o diferencial em capital humano é apenas um dos elementos capaz de explicar as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Como refere Virgínia Ferreira (1996, 1999), estas teorias não têm presente o peso das relações de poder no contexto familiar - e, acrescentaríamos, no mercado de trabalho ou no funcionamento e dinâmica das organizações. De igual modo, subestimam as representações sociais incrustadas em certas profissões, deixando por explicar porque são algumas tomadas socialmente como *masculinas* e outras como *femininas*, mesmo quando requerem idêntico investimento em capital humano (cf. e.g. Daune-Richard, 1998; Kergoat, 1998; Virgínia Ferreira, 1999, 2003).

Como é ainda sugerido por Graça Leão Fernandes e Margarida Chagas Lopes (2002), as teorias do capital humano subestimam o papel exercido pelas empresas, designadamente a diversidade de políticas de pessoal (políticas de qualificação, de incentivos, de organização do trabalho, de configuração de funções e responsabilidades), de modos de organização do trabalho e de estratégias competitivas. Com efeito, as oportunidades com que homens e mulheres se deparam no sentido de reforçar o capital humano são, em parte, influenciadas por esses factores. Ainda que em muitos aspectos inspirada nas teorias neoclássicas, a teoria das preferências critica-lhe o facto de ter apresentado a mão-de-obra com um todo homogéneo e, portanto, de não ter sido capaz de compreender a diversidade

⁴ Mark Granovetter (1985) criticou os economistas neo-clássicos por subestimarem o facto de o comportamento individual ser influenciado pelas relações sociais e contextos sociais em que se movem. "Os economistas neo-clássicos têm (...) uma concepção atomizada, subsocializada da acção humana" (1985: 483). Também os economistas modernos são alvo de crítica por apresentarem uma visão sobressocializada do comportamento dos indivíduos. Na tentativa de prosseguir uma "análise frutífera da acção humana", o autor propõe o conceito *embeddedness*, defendendo que todo o comportamento se encontra profundamente *embedded* na rede de relações de interpessoais. A seu ver, só uma análise que tenha em consideração este conceito poderá ultrapassar as limitações das perspectivas anteriores.

de preferências e de opções das mulheres no que toca à vida familiar e ao mercado de trabalho. É, pois, sobre esta perspectiva que a nossa atenção recai no ponto subsequente.

1.2. A teoria das preferências individuais: o primado da agência

Retomamos a perspectiva de Catherine Hakim, dada a relevância que, no seu contexto, assume a questão da heterogeneidade feminina. Na obra *Work-Lifestyle Choices in the 21st Century* (2000), a autora propõe-se erguer uma nova teoria sobre as opções das mulheres relativamente à família e ao mercado de trabalho, que seja, simultaneamente, explicativa e universal. A seu ver, a teoria das preferências vem dar resposta à necessidade de analisar as opções e as escolhas das mulheres à luz do *cenário* que circunda, actualmente, as sociedades afluentes. Recorde-se que a mudança qualitativa operada nos finais dos anos de 1960 deu origem a um *novo cenário*, no qual as escolhas das mulheres são genuínas e heterogéneas, isto é, independentes de variáveis como a classe social, o género, a etnicidade, a religião, as habilitações e as qualificações.

Além da tónica na emergência de um *novo cenário*, a teoria das preferências assenta em três pressupostos complementares:

- a) As mulheres são heterogéneas nas suas preferências e prioridades relativamente à família e ao mercado de trabalho. A heterogeneidade de escolhas e de opções explica, por conseguinte, as diferentes situações das mulheres na esfera do emprego (à luz deste pressuposto, são identificados três *tipos ideais* de mulheres).
- b) A segmentação do mercado de trabalho decorre dos diferentes interesses e preferências da força de trabalho feminina. Assiste-se a uma tendência para o acentuar da polarização entre as mulheres adaptativas e aquelas centradas na carreira
- c) A heterogeneidade de preferências femininas justifica a necessidade de respostas políticas plurais e diversificadas. As políticas arquitectadas até ao momento não têm sido bem sucedidas porque, em prejuízo da diversidade, têm estado orientadas para a uniformidade social e para um único modelo de família. Assim, o grande desafio dos governantes, no século XXI, é o de edificar um enquadramento político ajustado ao *novo cenário*.

Contrariando as teses que olham para as mulheres empregadas como um grupo homogéneo, a teoria das preferências assenta portanto no princípio da heterogeneidade feminina. Para Hakim, não há um estilo de vida padronizado e homogéneo que compreenda as opções relativamente à esfera familiar e

profissional. Ainda, a seu ver, a análise das atitudes e dos valores tem sido negligenciada pela Sociologia. Os sociólogos – sublinha esta autora - têm trabalhado sobretudo dados agregados, esquecendo-se de *descer* até às pessoas, ao plano micro, e de as questionar sobre as preferências que enformam os seus estilos de vida (2000: 75).

A partir de uma análise geracional, a autora afirma ser possível constatar que, cada vez mais, se vem acentuando a polarização das orientações e preferências das mulheres relativamente ao emprego. É possível, na sua óptica, refutar a tese de que as gerações mais jovens, por serem também mais escolarizadas, procuram a sua realização pessoal por via do desempenho de uma actividade profissional. Assim sendo, a polarização é particularmente evidente entre uma minoria de mulheres orientadas para a carreira (*career-oriented women*) e aquelas que optam pela *carreira matrimonial* ([sic], Hakim, 2000:159) (ou seja, mulheres orientadas para a vida doméstica e familiar).

As primeiras planeiam o desenvolvimento da carreira a longo-prazo, investindo continuamente nas suas competências e qualificações (capital humano). São mulheres que tendem a trabalhar a tempo inteiro e a não interromper a actividade profissional aquando do casamento ou do nascimento dos/as filhos/as (aliás, um número expressivo destas mulheres opta mesmo por não ter filhos/as). As segundas esperam (e desejam) que os cônjuges/companheiros sejam os provedores da subsistência económica da família e, neste sentido, tendem a não exercer uma actividade remunerada depois de consagrado o matrimónio. Como o número de mulheres orientadas para a carreira matrimonial e para a vida doméstica (*home-centred women*) tem vindo a decrescer, a polarização é sobretudo visível entre as mulheres orientadas para a carreira (uma minoria) e as adaptativas (a maioria da população adulta feminina). Estas, depois do matrimónio (fundamentalmente, após o nascimento dos/as filhos/as), assumem que a sua participação no mercado de trabalho é secundária em relação à dos respectivos maridos/companheiros, dando prioridade às responsabilidades domésticas e familiares. Tendem, portanto, a optar pelo trabalho remunerado no domicílio ou pelo regime de trabalho a tempo parcial. Impera uma orientação instrumental relativamente ao trabalho remunerado, decorrente da necessidade de contribuir para o orçamento familiar. Como não investem em capital humano, as mulheres adaptativas encontram-se normalmente em ocupações de baixas qualificações e periféricas no mercado de trabalho.⁵

⁵ De igual modo, Gilles Lipovetski entende que a subrepresentação de mulheres em lugares de chefia e em postos de trabalho qualificados se deve sobretudo à opção individual das mulheres. “A dinâmica pós-moderna da emancipação feminina não significa a homogeneização dos papéis dos dois géneros, mas sim a persistência do papel prioritário da mulher na esfera doméstica articulado com as novas exigências da autonomia individual” (*id. ibid.*: 291, tradução livre). Recorde-se que este autor faz, igualmente, referência a um novo cenário, no qual os papéis exclusivos dão lugar às preferências, às escolhas livres e à abertura de múltiplas janelas de oportunidades (Lipovetski, 1997: 239).

Hakim refere que as mulheres com níveis de educação elevados não se manifestam, necessariamente, orientadas para a carreira, *i.e.*, o nível de habilitações não interfere nas preferências individuais. Na sua perspectiva, "mesmo as mulheres mais modernas e escolarizadas esperam ter um marido com remunerações iguais ou superiores (...)" (2000: 153, tradução livre). Aliás, para a autora, a polarização de preferências é um fenómeno transversal a diferentes categorias de idades e de habilitação, e a diversas classes sociais e grupos étnicos. Também a influência dos agentes de socialização é relativizada: "Em *todas* as sociedades, as raparigas são ensinadas a ser raparigas, e os rapazes ensinados a ser rapazes, mas os resultados são muito variáveis" (2000: 185, tradução livre, original em itálico).

Inspirada na obra de Goldberg (1993, cit. *in* Hakim, 2000:221), Hakim fundamenta a tese da heterogeneidade feminina a partir das diferenças de teor psico-fisiológico, em particular dos níveis de testosterona de que as mulheres são portadoras. Apesar de os níveis desta hormona serem relativamente mais baixos nas mulheres do que no caso os homens, a verdade é que, mesmo entre aquelas, há variações não despreciables. Assim sendo, algumas mulheres apresentam valores hormonais de testosterona próximos dos masculinos – condição que, aos olhos de Hakim, explica a sua maior predisposição para comportamentos agressivos, assertivos, materialistas e competitivos. A partir daqui, é então possível explicar a centralidade que a carreira assume na vida dessas mulheres. Por outro lado, as mulheres com níveis hormonais tipicamente femininos são mais propensas a um estilo de vida centrado na vida doméstica e familiar – domínio que, por lhes possibilitar o exercício de funções expressivas, se afigura fundamental à sua realização pessoal.

Também os factores psicológicos, ou a personalidade individual, podem ajudar a explicar os diferentes estilos de vida femininos. As mulheres orientadas para a carreira apresentam traços de personalidade semelhantes aos do sexo masculino: sentido de independência, instrumentalidade, competitividade e agressividade. Já as mulheres orientadas para a vida doméstica e familiar revelam traços femininos e que são, inversamente: a dependência, a expressividade, a sensibilidade e a passividade (Hakim, 2000:187). Os factores sociais a nível micro são o terceiro elemento esclarecedor da heterogeneidade feminina. As mulheres centradas na carreira tendem a ter um *background* social semelhante, ou seja, as respectivas mães tiveram (ou ainda têm) participação na esfera pública (laboral ou outra) e ambos os pais detinham (detêm) níveis de educação elevados.

A partir da teoria desenvolvida por Hakim, é possível traçar a seguinte tipologia de preferências.

Quadro 1 - Tipologia das preferências das mulheres no século XXI, segundo Hakim

Mulheres orientadas para a carreira profissional	Grupo minoritário que trabalha a tempo inteiro e que é financeiramente independente. O emprego, ou actividades equivalentes (política, arte, desporto...), figura como o elemento central das suas vidas, como a principal fonte de realização pessoal. As respectivas carreiras pautam-se pela continuidade, não sendo interrompidas aquando do casamento ou do nascimento dos/as filhos/as (ainda que parte considerável destas mulheres opte por não ser mãe). A vida matrimonial e familiar é secundarizada. Investem intensamente, e de uma forma planeada, nas qualificações. À semelhança dos homens, adoptam um comportamento competitivo. São praticamente indiferentes a políticas familiares e sociais ⁶ , mas não a oportunidades económicas, artísticas, políticas.
Mulheres adaptativas	Grupo maioritário e menos homogéneo. Integra as mulheres cujas prioridades na vida se alteram no momento do casamento ou do nascimento dos/as filhos/as. Estas mulheres revêem-se num emprego de circunstância que permita satisfazer necessidades económicas. Não ambicionam desenvolver uma carreira – projecto que requereria um investimento planeado e a longo-prazo nesse domínio. As qualificações obtidas são consideradas indispensáveis à manutenção do emprego. Incluem-se também aqui as mulheres com carreiras não planeadas, que, eventualmente, têm sucesso profissional (circunstâncias económicas, políticas ou outras oportunidades de contexto). E também aquelas que andam à deriva (<i>drifters</i>), que não têm as suas prioridades clarificadas e que vão vivendo ao sabor das oportunidades e dos constrangimentos emergentes. Trata-se de um grupo permeável às políticas familiares e sociais.
Mulheres centradas na vida doméstica e matrimonial/familiar	Grupo minoritário. A família, e em particular os/as filhos/as, são o elemento central da vida destas mulheres. Estas preferem um estilo de vida que não passe pela participação no mercado de trabalho. As habilitações/qualificações obtidas destinam-se a satisfazer um projecto de enriquecimento pessoal (ou a conseguir um bom casamento no mercado matrimonial). Estas mulheres não são necessariamente "domésticas", podendo, inclusivamente, dispor de pessoal contratado para realizar as lides de casa, incluindo os cuidados básicos com os/as filhos/as. Acompanham escrupulosamente o desenvolvimento escolar destes/as e dedicam-se a cuidar (assegurar) o capital simbólico da família (preparação de festas e de jantares sociais, organização dos tempos de lazer, de férias, gestão do consumo do agregado). Em algumas situações, estas mulheres podem desempenhar actividades voluntárias fora de casa, numa óptica de passatempo (<i>hobby</i>). Um eventual retorno ao mercado de trabalho, depois do casamento, nunca decorre de uma opção, mas sim de constrangimentos financeiros motivados por situações de divórcio ou de incapacidade do cônjuge/companheiro para trabalhar (desemprego ou doença). O número de filhos/as é influenciado pelas políticas sociais e pelo nível de riqueza da família. Estas mulheres são indiferentes às políticas de emprego.

Fonte: Adaptado de Hakim, 2000: 150.

⁶ Incluem-se aqui políticas de emprego, no domínio da igualdade de oportunidades, da segurança social, e ainda políticas educativas e familiares (e.g. licença parental, políticas e medidas para promover a articulação entre a vida profissional e a vida familiar – como é o caso das infra-estruturas de apoio às famílias).

Em face da tese das múltiplas oportunidades de escolha com que as mulheres, na actualidade, se defrontam, Hakim sublinha: “Devemos deixar de olhar para as mulheres como ‘vítimas’ ou como uma massa de zombies indiferenciada, cujos movimentos são determinados por outros actores e forças sociais (...). As mulheres são seres adultos e responsáveis, capazes de tomar as suas próprias opções, de fazer as suas escolhas enquanto autores e agentes das suas próprias vidas. Algumas mulheres pretendem centrar a sua vida na esfera doméstica e secundarizar a esfera profissional; outras tomam a opção inversa. A heterogeneidade feminina resulta das diferentes opções que as mulheres tomam (...)” (Hakim, 1996: 187-88, tradução livre). Além disso, constata-se uma diferença substantiva entre homens e mulheres no que respeita ao exercício da acção: enquanto os primeiros apenas a põem em prática na esfera pública, as mulheres deparam-se com a oportunidade de desenvolver um conjunto amplo de actividades na esfera privada, mediante o papel de *homemaking*.⁷

Tal como as teorias do capital humano, a teoria das preferências tem a valia de enfatizar os diferentes recursos que as mulheres transportam consigo para o mercado de trabalho, mas deixa cair o respectivo enquadramento societal, assim como os condicionalismos materiais e ideológicos incrustados nas opções e nos comportamentos das mulheres. De igual modo, a resistência dos empregadores à contratação de força de trabalho feminina é explicada a partir das funções maternas e do facto de as mulheres, após o nascimento dos/as filhos/as, tenderem a retrair (ou a afastar por completo) o seu empenho na actividade profissional. Na óptica dos empregadores e gestores de empresas, as mulheres estão associadas a um acréscimo de custos relacionados com o absentismo e o abandono do posto de trabalho (*turnover*). Quer dizer que, dada a tendência para a descontinuidade dos vínculos laborais, os empregadores receiam não vir a beneficiar dos retornos do investimento inerente aos processos de contratação e de qualificação de mão-de-obra feminina.

O estudo levado a cabo por Crompton e Harris (1998) permitiu concluir que os constrangimentos estruturais prevalecem consideráveis, ainda que sejam também de assinalar as diferenças *individuais* entre as mulheres. As orientações face ao trabalho remunerado, na maioria das entrevistadas, revelaram-se multifacetadas.

⁷ Recorde-se que o conceito de *homemaking* é proposto por Hakim em detrimento do de *homewife* e procura dar conta dos vastos (e relevantes) papéis que, na sua opinião, as mulheres desempenham na esfera doméstica e familiar. Inspirada no pensamento de Bourdieu (1998) reconhece às mulheres o papel fundamental de gestão de capital simbólico. A elas cabe cuidar da dimensão estética, da imagem e do estatuto social da família (cuidar dos *signos distintivos*). Neste sentido, enquanto *homemakers*, as mulheres têm essencialmente a seu cargo o cumprimento de quatro tarefas: (1) cuidar do crescimento e desenvolvimento das crianças; (2) cuidar do trabalho doméstico (função que, tal como a primeira, pode ser delegada, ainda que não dispense competências de organização e supervisão); (3) gerir e controlar o orçamento familiar, sobretudo o que se destina ao consumo doméstico, pessoal e familiar, ao desenvolvimento educativo e pedagógico dos filhos e às actividades sociais e de lazer; (4) cuidar da própria decoração pessoal: "a mulher deve parecer uma boneca bonita, bem tratada, "a companhia decorativa que acompanha o marido, a 'mulher troféu'" (Hakim, 2000: 162, tradução livre).

Todavia, ao contrário de Hakim, as autoras entendem que as mulheres constroem as suas vidas e moldam as suas biografias em função da percepção das oportunidades na esfera laboral e profissional – oportunidades que, por seu turno, são moldadas pelo contexto económico, histórico e sociocultural. A este respeito, os constrangimentos inerentes à categoria profissional (e as oportunidades inerentes a este nível) são destacados, sobretudo no que toca ao modo como influem na orientação face ao trabalho remunerado e à família.

I. Procter e M. Padfield (1999) endossam críticas ao primado da acção contido no argumento de Hakim, na medida em que este perde de vista o *interplay* entre a acção e as estruturas. Lígia Amâncio (1994, 2002) apresenta-nos uma visão próxima, sublinhando o quanto a identidade feminina, interiorizada pelas mulheres ao longo da sua existência, constrange o seu comportamento relativamente aos valores dominantes nas organizações e no mundo do trabalho. Na tentativa de assegurar a coerência dessa identidade, as mulheres restringem, frequentemente, as suas aspirações no campo profissional. Além disso, as orientações em relação ao trabalho remunerado não são imutáveis e estáticas ao longo do ciclo de vida das mulheres (ou dos homens) (cf. Crompton e Harris, 1998).

O estudo conduzido por A. Phizacklea e C. Wolkowitz (1995) vem acrescentar que:

- as diferenças ao nível da centralidade/empenho no trabalho remunerado, entre homens e mulheres, são complexas e multifacetadas;
- as mulheres jovens e mais escolarizadas revelam índices de empenho no trabalho remunerado significativamente elevados;
- as diferenças que se verificam ao nível do empenho/centralidade decorrem muito mais da natureza das tarefas do que da variável género;
- as horas de trabalho não são um indicador fidedigno do empenho no trabalho remunerado; note-se por exemplo que, no Reino Unido, as mulheres imigrantes trabalham mais a tempo integral do que as trabalhadoras nacionais;
- para os/as trabalhadores/as em regime de tempo parcial, o trabalho remunerado não é, necessariamente, menos central do que para os/as trabalhadores/as a tempo inteiro (por exemplo, a taxa de absentismo não é, no Reino Unido, mais elevada entre os/as trabalhadores/as a tempo parcial do que entre os/as trabalhadores/as a tempo inteiro).⁸

Outros estudos têm relevado que as atitudes das mulheres têm vindo a alterar-se profundamente, em parte induzidas pelo maior investimento em qualificações

⁸ O argumento de Hakim é ainda contrariado no estudo de Phizacklea e Wolkowitz (1995) sobre o trabalho no domicílio. Seria de esperar que, à luz do argumento daquela autora, as mulheres que trabalham no domicílio manifestassem elevados níveis de satisfação com a situação de trabalho – realidade que, efectivamente, não se veio a confirmar.

escolares. Consequentemente, verificam-se diferenças geracionais consideráveis entre as mulheres. Para as gerações mais jovens, quando portadoras de níveis de habilitação elevados, o emprego assume uma dimensão central, a par da procura de independência económica e de realização pessoal. Aliás, os padrões de participação feminina no mercado de trabalho variam na razão directa dos níveis de habilitação escolar e de qualificação; além disso, as mulheres mais escolarizadas e qualificadas profissionalmente tendem a desenvolver um padrão de participação mais intensivo e contínuo ao longo da vida activa (cf. Tam, 1997; Crompton, R., 1999; Procter e Padfield, 1999; Bradley, H., *et al.*, 2000).

Como recorda Anália Torres (1996), “Há vários aspectos que as mulheres valorizam no trabalho pago: maior autonomia e poder relativo ao contexto conjugal, sociabilidade e fuga ao fechamento doméstico, factores identitários decorrentes do reconhecimento de competências, possibilidade de consumos e estilos de vida menos limitativos (cit. *in* Torres e Vieira da Silva, 1998:33). São também as mulheres mais jovens e escolarizadas aquelas que se exprimem mais críticas relativamente ao modelo assimétrico de divisão sexual do trabalho, e que, em contraponto, se revelam mais favoráveis ao modelo igualitário (cf. Kellerhals, *et al.*, 1984; veja-se também Perista e Lopes, 1999; Bradley, H., *et al.*, 2000).

2. Teorias sobre a divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho

2.1. As teorias do *exército industrial de reserva* e da *desqualificação*

Detemo-nos agora nas teorias que sublinham o modo como as estruturas de poder capitalistas influenciam, por via da feminização do *exército industrial de reserva*, a reprodução do papel subordinado da mulher no mercado de trabalho. Este conceito, definido por Marx, está também associado à obra de Braverman (1977[1974]), na qual nos é apresentado como o excedente de população trabalhadora gerado pelo modo de produção capitalista.⁹ A massa de trabalhadores que incorpora esse *exército* sujeita-se a prestar trabalho a baixo custo, ajustando-se à lógica de exploração capitalista. A população feminina tem, à luz do pensamento de Braverman, incorporado a reserva de trabalho, concentrando-se muito particularmente nos segmentos flutuante e estagnante. Para o capital, a disponibilidade das mulheres para participar no mercado de trabalho significou a

⁹ Recorrendo-se dos conceitos marxistas, Braverman refere que o *exército industrial* integra dois segmentos de reserva: a *reserva flutuante*, constituída por trabalhadores dispensados do sector industrial devido a movimentações do capital e/ou a mudanças tecnológicas; e a reserva *estagnante*, composta por trabalhadores que, por enfrentarem fortes dificuldades em encontrar um emprego regular, permanente e a tempo inteiro, se encontram em situação de desvantagem económica e em risco de exclusão do mercado de trabalho (recorde-se que Marx abordou ainda a reserva *latente*, a qual incorporava o excedente de trabalhadores agrícolas provocado pela revolução tecnológica agrícola).

possibilidade de ter um reservatório de mão-de-obra disponível para ocupar postos de trabalho mal remunerados e periféricos (Braverman, 1977[1974]).

Braverman considera que a participação das mulheres no mercado de trabalho não oscila em função dos ciclos económicos, relacionando-os sobretudo com as fases do capitalismo. Há, assim, dois factores que explicam o aumento da participação feminina na esfera laboral: primeiro, a fase do capitalismo monopolista, que se caracteriza pelos métodos de organização de trabalho tayloristas, pelo empobrecimento das tarefas e pela desqualificação; nesta fase, a força de trabalho feminina foi particularmente requerida pelo capital, dado o seu perfil pouco qualificado e barato. Em segundo lugar, a transição da realização das tarefas domésticas da casa para as fábricas; esta circunstância não só estimulou a criação de ofertas de trabalho de conteúdo *feminino*, como aliviou as mulheres no espaço doméstico e incentivou-as a aceder ao trabalho remunerado. Neste sentido, o desenvolvimento do capitalismo traduziu-se na apropriação da economia doméstica, permitindo que os produtos e os serviços anteriormente prestados pelas mulheres em casa passassem a estar disponíveis no mercado, a preços cada vez mais económicos.¹⁰

Sylvia Walby, além de criticar o facto de Braverman negligenciar o peso das relações patriarcais na família e no mercado de trabalho, questiona o argumento de que as mulheres estão na reserva, referindo-se em particular à ambivalência nele contida: se, de acordo com Braverman, homens e mulheres integram o *exército industrial de reserva* (eles porque são forçados a abandonar o trabalho remunerado, elas porque entram no mercado de trabalho), então aquilo que se pode deduzir é que "as mulheres estão activamente a integrar a força de trabalho, não a constituir a sua reserva" (1986: 79, tradução livre). Ainda, só muito parcialmente se pode afirmar que o crescimento da participação feminina no trabalho remunerado se deve ao facto de as tarefas domésticas se terem mercantilizado, aliviando o trabalho das mulheres no lar. Ao contrário do argumento proposto por Braverman, não há efectivamente evidências empíricas de que as mulheres desempenham hoje menos tarefas em casa. Há ainda a referir outra limitação, aliás comum às abordagens estruturalistas deterministas, e que se prende com o facto de estas encararem os indivíduos, neste caso as mulheres, como sujeitos passivos e impossibilitados de quaisquer acções de resistência e de luta contra as forças opressoras capitalistas (e.g. Walby, 1986; Beechey e Perkins, 1987).

Outro conceito importante no âmbito destas teorias é o de *desqualificação*. Na perspectiva de Braverman, a introdução e a difusão de tecnologia conduzem ao empobrecimento das tarefas, à degradação do trabalho e à desqualificação dos trabalhadores (recorde-se que o autor associa a qualificação ao modo de produção trabalho artesanal). As novas tecnologias, ao incorporarem o conhecimento e a

¹⁰ Tal faz parte de um processo em que o desenvolvimento do capitalismo corroeu a família e, concomitantemente, impulsionou as mulheres para o mercado de trabalho (Braverman (1977 [1974])).

ciência, intensificam a degradação do trabalho e reduzem o trabalhador a um mero apêndice do sistema técnico, retirando-lhe qualquer possibilidade de conceber, organizar e controlar o seu trabalho. São portanto as novas tecnologias, combinadas com os princípios de gestão moderna (*Organização Científica do Trabalho*, vulgo taylorismo), que são responsáveis pela separação entre concepção e execução, pela fragmentação das tarefas e pela expropriação do saber-fazer dos trabalhadores. Este processo de desqualificação não se confinou, segundo Braverman, ao sector industrial; estendeu-se e generalizou-se a todos os sectores dos serviços, designadamente aos escritórios. Esta tendência para a degradação do trabalho em geral, e para a desqualificação em particular, é pois consentânea com a feminização do mercado de trabalho.¹¹

As posições diferentes que homens e mulheres ocupam no mercado de trabalho são atribuídas ao facto de o processo de proletarização e de homogeneização da mão-de-obra ainda não ter terminado. Dito de outro modo, o processo de desqualificação tem apenas atingido a força de trabalho masculina, uma vez que a mão-de-obra feminina raramente é qualificada (Braverman, 1977 [1974]). O processo de homogeneização significa, neste sentido, que os homens passam a ter os mesmos atributos no mercado de trabalho que as mulheres. No estágio mais avançado do desenvolvimento capitalista, ambos integrarão uma massa laboral homogénea e indiferenciada, e, por conseguinte, a divisão sexual será invisível. Em suma, a homogeneização da força de trabalho equivale a um processo de feminização, *i.e.*, as tarefas desqualificadas, empobrecidas, mal remuneradas, peculiares da reserva de trabalho feminina, generalizam-se a toda a mão-de-obra (cf. Collinson, D. *et al.*, 1990).

Acresce que, para Braverman, a noção de qualificação corresponde à união entre as fases de concepção, planeamento e execução das tarefas. Deste modo, além de nos apresentar uma visão determinista relativamente às implicações das novas tecnologias, as qualificações são tomadas como categorias objectivas, quando, na verdade, decorrem de um processo de construção social e, como tal, não são independentes de variáveis como o género ou a etnicidade. Na verdade, homens e mulheres podem, objectivamente, deter as mesmas qualificações técnicas, e, apesar disso, estas serem valorizadas de modo desigual. Como salientam Anne Philips e Barbara Taylor (1980), a classificação das ocupações preenchidas pelas mulheres tem, na realidade, pouca relação com as habilitações e qualificações requeridas. "Isto porque as definições de qualificações são saturadas com desvio sexual (...). Portanto, longe de ser um facto económico objectivo, a qualificação é uma categoria ideológica imposta a certos tipos de trabalho em virtude do sexo e do

¹¹ Os trabalhadores qualificados que prestavam actividade nos escritórios e executavam actividades de secretariado foram, igualmente, substituídos por operadores desqualificados. A tese do *exército industrial de reserva* sugere que a entrada das mulheres no mercado de trabalho acarreta a degradação dos salários masculinos e das condições de trabalho em geral (cf. Ferreira, V., 1999).

poder dos/as trabalhadores/as que o desempenham" (1980:79, tradução livre).¹² Além disso, as qualificações mais valorizadas na sociedade foram definidas pelos homens – facto que comprova a substância ideológica incrustada nas mesmas (Beechey, V., 1988). De acordo com algumas feministas, é igualmente criticável que a análise do controlo não tenha tido em conta as ideologias de género; os gestores controlam diferenciadamente os respectivos subordinados em função da categoria sexual, independentemente do tipo de controlo em questão (pessoal, técnico ou burocrático) (cf. Beechey, V., 1988; Nicole-Drancourt, 1990).

A versão feminista da teoria do exército industrial de reserva (também designada de marxista-feminista) destaca a importância de que se reveste o trabalho doméstico, e a ideologia patriarcal que o sustenta, no quadro do sistema capitalista. Para as marxistas-feministas Beechey (1979) e Bruegel (1979), nomeadamente, a análise de Braverman peca pelo seu economicismo e pela ausência da análise da ideologia de género e da divisão sexual do trabalho na esfera da reprodução social, subestimando, portanto, o facto de a subordinação da mulher neste domínio servir os propósitos de exploração do capital.

Ainda, observando a realidade britânica (segunda metade da década de 1970), Irene Bruegel refere: "Nos últimos anos, tem-se assistido a dois processos com efeitos paradoxais no emprego das mulheres. Por um lado, no âmbito de um dado sector ou emprego, as mulheres, e principalmente as que trabalham a tempo parcial, têm estado sujeitas a mais perdas de emprego que os homens (...). Por outro, a expansão de certas partes do sector dos serviços, na base da disponibilidade de trabalho feminino barato, tem mitigado os efeitos da crise " (1979: 19, tradução livre). Pode, assim, inferir-se que a tese do exército feminino na reserva, quando aplicada à realidade empírica, está longe de se afigurar linear. No que respeita à crise económica que se instalou no sector industrial, os homens têm sido mais afectados pelo desemprego do que as mulheres – o que poderia levar a uma refutação do raciocínio bravermaniano. Todavia, uma análise que incida sobre o mesmo sector de actividade ou profissão permitirá constatar que as mulheres são mais susceptíveis à redundância que os homens – facto que, visto deste prisma, já caucionaria a sustentabilidade daquela tese. Além disso, se o sector dos serviços tem criado novas oportunidades de emprego, a verdade é que a sua expansão se tem dado à conta de mão-de-obra feminina mal remunerada – como, aliás, demonstra a expansão do trabalho feminino a tempo parcial. No fundo, o sistema capitalista tem lucrado grandemente com a ideologia patriarcal (Beechey e Perkins, 1987).

¹² A título ilustrativo, um estudo levado a cabo por Craig (cit. *in* Dex, S., 1988: 299) sobre o processo produtivo numa fábrica britânica de caixas de papel permitiu concluir que, enquanto as mulheres que operavam máquinas que não dispensavam trabalho manual eram consideradas trabalhadoras indiferenciadas, os homens que produziam cartões num contexto de trabalho totalmente automatizado, funcionando como meros apêndices do sistema tecnológico, eram considerados trabalhadores semi-qualificados.

Seguindo ainda o raciocínio de Verónica Beechey e Tessa Perkins (1987), o *exército na reserva* é predominantemente composto por mulheres e, entre estas, preponderam as casadas. Dada a ideologia em torno dos papéis sociais femininos, e a associação dos mesmos com as funções domésticas, o patronato assume que a participação das mulheres no mercado de trabalho é secundária, que estas estão disponíveis para auferirem salários inferiores aos dos homens, e que se manifestam resignadas com a sua eventual dispensabilidade. Aliás, a participação das mulheres na esfera laboral tende a suceder em períodos excepcionais da história, particularmente quando são chamadas a substituir os homens em períodos de guerra. No entender de Beechey (1979), o capital vê as mulheres sobretudo como mão-de-obra flexível, a ser recrutada, ou dispensada, de acordo com as condições de mercado.

Vários/as autores/as têm sublinhado que a aplicação do conceito marxista *exército industrial de reserva* à análise da condição das mulheres no mercado de trabalho tem permitido relevar a posição secundária (e flexível) das mesmas. Todavia, não deixa de apresentar algumas limitações. A primeira decorre do facto de as mulheres serem consideradas elementos integrantes de um todo homogéneo, dando-nos a entender que, no contexto do sistema capitalista, todas as mulheres são redundantes na esfera económica. Como refere Anne Witz (1999), aquilo a que se tem assistido por parte do capital é mais a uma estratégia de substituição (as mulheres são preferidas porque implicam menos custos), do que propriamente de redundância. Ainda, segundo Sylvia Walby (1986), vários estudos demonstram que a segregação profissional tem, de certo modo, protegido as mulheres, na medida em que estas estão sobretudo concentradas no sector dos serviços (ao passo que a recessão económica e a vaga de despedimentos têm atingido severamente o sector industrial, um reduto masculino).

Uma outra limitação reside na origem do próprio conceito *exército industrial de reserva*; ao tratar-se de uma categoria de análise marxista, e portanto originalmente alheia à análise das diferenças entre os géneros, transporta em si a dificuldade de abandonar o determinismo economicista de que provém (cf. Collinson, D., *et al.*, 1990). Estas teses deixam, assim, por explicar as especificidades do emprego feminino decorrentes de circunstâncias sociais, políticas, económicas e históricas particulares. Ainda, se, aos olhos dos empregadores, as mulheres constituem mão-de-obra mais barata, por que não são, então, em todas as situações, preferidas em relação aos homens? (cf. Walby, S., 1986). Uma vez que o poder explicativo da variável género é neutralizado, ficam portanto por apreender as condições sociais que estão na base do processo de segregação sexual, quer seja no mercado de trabalho ou na estrutura de emprego (cf. Walby, 1986; Collinson, D. *et al.*, 1990).

Em suma, como a lógica do sistema capitalista é o único elemento utilizado para explicar as desigualdades sociais, subestimam-se os vários condicionalismos inerentes às estruturas sociais (e.g. as ideologias em torno do género) e familiares

(e.g. a divisão tradicional do trabalho doméstico), os quais impelem as mulheres para a situação de *reserva* no mercado de trabalho (Walby, 1986). Segundo Walby: "A maioria destas teses pouco analisa a desigualdade de género, baseando-se na mera pressuposição de que o capitalismo, mais do que o patriarcado, constitui o problema" (1986:20, tradução livre). Para esta autora, a análise das desigualdades sociais e económicas entre homens e mulheres deve atentar na divisão do trabalho e nas relações de poder que perpassam tanto a esfera doméstica, como a esfera mercantil e económica.

2.2. As teorias da segmentação e da dualização do mercado de trabalho

Enquanto a tese anterior enfatiza a tendência, no regime de acumulação capitalista, para a homogeneização laboral, as teorias da segmentação - que se desenvolveram fundamentalmente nos anos de 1970 - entendem que as estratégias capitalistas visam essencialmente fragmentar e dividir a força de trabalho, a fim de, mais soberanamente e sem oposição, poderem dominar. De acordo com este raciocínio, o mercado de trabalho funciona por segmentos, e o processo de segmentação resulta de uma estratégia capitalista que, deliberadamente, procura atacar a identidade colectiva dos trabalhadores, cercear e controlar as capacidades de reivindicação e de luta dos mesmos (cf. Thompson, 1983).

Esta linha de pensamento exprime algum desprendimento em relação às concepções marxistas, sobretudo ao entendimento monolítico do controlo e da gestão capitalista, em benefício da tese de que os empregadores procuram diferentes tipos de mão-de-obra no mercado de trabalho, e que é do seu interesse geri-los diferenciadamente (*id. ibid.*). Tal acontece devido às novas condições externas, designadamente a maior imprevisibilidade e instabilidade do mercado de produtos e as alterações tecnológicas (introdução e difusão das TIC). É neste contexto que o capital tem redefinido as suas políticas e orientações, enveredando por estratégias de controlo e de gestão da mão-de-obra cada vez mais diferenciadas. Se há indivíduos que, dado o valor e a escassez das competências e qualificações que possuem, são retidos nas profissões-chave das empresas, por outro lado, há trabalhadores cujo perfil se ajusta ao preenchimento de postos de trabalho secundários (mão-de-obra pouco ou nada qualificada, ou portadora de competências laterais, cuja dispensabilidade em nada compromete a viabilidade e a competitividade das empresas).

Barron e Norris (1976), assim como Doeringer e Piore (1971), nomeadamente, desenvolveram, a partir deste raciocínio, um modelo explicativo da tendência para a dualização do mercado de trabalho (cf. quadro abaixo). Num primeiro segmento estão os trabalhadores com condições de emprego privilegiadas; estes ocupam postos de trabalho qualificados, são bem remunerados, gozam de segurança de emprego e de oportunidades de progressão na carreira. Já o segmento periférico é

composto por aqueles em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho, que detêm poucas ou nenhuma qualificações, que desfruem de menos solidariedade e que apenas conseguem ocupações temporárias e instáveis.

A mobilidade entre segmentos é vista como pouco provável, em particular a transição no sentido de uma maior integração, isto é, do segmento secundário para o primário. No momento em que um dado indivíduo *cai* no mercado secundário, inicia-se um processo cumulativo de desvantagens que, à imagem de um ciclo vicioso, vai progressivamente limitando as oportunidades de mobilidade e agravando a vulnerabilidade económica e social. Já no que concerne os indivíduos que integram o núcleo duro das empresas, verifica-se que sucede o inverso: acumulam-se as oportunidades de valorização profissional e, como tal, reforça-se a probabilidade de *retenção* nos lugares privilegiados. Estas teorias salientam ainda que o mercado secundário de emprego é sobretudo feminino e juvenil, como se poderá constatar no quadro seguinte:

Quadro 2 - Segmentação da mão-de-obra e diferenciação das condições de emprego

Aspectos do Emprego	Trabalhadores - chave	Trabalhadores periféricos
Conteúdo do trabalho	Tarefas complexas exigindo autonomia e responsabilidade	Tarefas limitadas e sem exigências de qualificação
Formação	Socialização profissional: formação profissional orientada para a polivalência visando a flexibilidade funcional.	Formação mínima com vista a realização de tarefas simples e facilmente executáveis.
Remuneração	Elevada e regular.	Baixa e irregular.
Participação	Múltiplas formas.	Fraca ou inexistente.
Capacidade de negociação	Forte.	Fraca.
Segurança Social	Existe.	Pode ou não existir.
Incidência em grupos sociais	Qualificados, nível de escolaridade elevado, <u>homens</u> , plena fase de actividade profissional.	Pouco ou nada qualificados, baixo nível de escolaridade, <u>mulheres</u> , jovens.

Fonte: Adaptado de Atkinson, 1987 (cit. in Kovács, Ilona, 1999:10).

Segundo Barron e Norris (1976), na óptica do capital a força de trabalho feminina reúne as características necessárias à manutenção de um segmento secundário. Em primeiro lugar, a dispensabilidade; as mulheres são facilmente dispensadas (e sem resistência) pelos empregadores quando encaradas como redundantes no posto de trabalho, e são também o grupo que, voluntariamente, mais abandona ou interrompe o vínculo laboral. Em segundo, as diferenças sociais (como é o caso da menor disponibilidade associada à maternidade); estas decorrem das diferenças

físicas entre os sexos e acabam por legitimar o afastamento das mulheres em relação às condições de emprego do grupo primário. Em terceiro, o pouco interesse pela formação e pela experiência de trabalho; este decorre não só de um certo desencorajamento e da baixa auto-estima, como também da pressuposição, interiorizada ao longo do processo de socialização, de que os empregos qualificados são para os homens. Em quarto, a subvalorização das recompensas económicas; ao invés das expectativas dos homens, a maioria das mulheres espera obter uma remuneração meramente complementar e inferior à dos respectivos maridos. E, por último, a fraca capacidade de organização e de solidariedade colectiva.

Para estas autoras, a concentração de mulheres no segmento secundário é explicada a partir do peso das responsabilidades familiares e domésticas, as quais, por seu turno, condicionam o envolvimento na carreira profissional (facto que coincide com o fraco, ou nulo, interesse do capital em investir na qualificação da força de trabalho feminina) (cf. também Anker, 1997; Ferreira, 1999). Portanto, tal como nas teorias do exército industrial de reserva, há uma tendência para se explicar a diferenciação sexual a partir de constrangimentos externos ao mercado de trabalho, como se a gestão capitalista fosse indiferente (neutra) às ideologias de género. Contudo, os agentes económicos e as instituições económicas, como o mercado de trabalho, não actuam *fora* das coordenadas *tempo e espaço*, i.e., do contexto social, cultural, histórico, ideológico de cada sociedade (cf. Granovetter, 1985; Pfau-Effinger, 1993, 1998, 2000; Duncan, 2000).

Já mais recentemente, Atkinson (1984) referiu que as empresas estão a procurar flexibilizar-se na tentativa de reduzir custos e de se manterem competitivas no mercado – facto que tem estado na origem do modelo de *empresa flexível*. As estratégias de flexibilização da mão-de-obra têm gerado dois tipos de mercados de trabalho: o primário ou interno, constituído a partir dos trabalhadores-chave da empresa, que gozam de flexibilidade funcional e de estabilidade de emprego; e o secundário, que integra os trabalhadores periféricos. Este grupo, por sua vez, subdivide-se entre: o primeiro grupo periférico, que abrange os trabalhadores cujas competências e qualificações são secundárias no contexto da actividade da empresa (inclui, por exemplo, pessoas que têm uma ocupação a tempo inteiro mas não propriamente um emprego que lhes permita desenvolver uma carreira); e o segundo grupo periférico, onde se encontram aqueles que são contratados, ou dispensados, em função das oscilações da procura no mercado (grupo que reúne trabalhadores a tempo parcial, a tempo inteiro mas sem estabilidade contratual, estagiários publicamente subsidiados, ente outros indivíduos em regime de *job-sharing*). Existem ainda os trabalhadores externos – grupo que abarca a força de trabalho que se confronta com um nível elevado de insegurança de emprego (como é o caso daqueles que exercem actividade por via de uma empresa de trabalho temporário), assim como os trabalhadores por conta própria e aqueles subcontratados para realizar tarefas específicas nas empresas.

Com as estratégias flexíveis de mão-de-obra, os empregadores visam três objectivos: a substituição das relações de emprego por relações comerciais, os cortes nos custos laborais e a criação de uma bolsa (*buffer*) de trabalhadores que facilite a flexibilidade numérica (Atkinson e Meager, 1986). Neste sentido, assiste-se a um processo de fragmentação dos mercados internos de trabalho, no qual as condições privilegiadas de emprego de alguns (maioritariamente, homens) têm lugar em prejuízo das condições de emprego degradadas de outros (normalmente, mulheres). Este grupo, por seu turno, vê-se relegado para um beco sem saída, marcado pela insegurança de emprego e pela irregularidade remuneratória (Dale e Bamford, 198).

Retomando o pensamento de Beechey e Perkins (1987), as teorias da segmentação partem de uma visão homogénea e simplista acerca da situação das mulheres no mercado de trabalho, como se estas pertencessem a uma categoria impermeável a variáveis como a classe social, a origem étnica, a situação familiar ou a idade. Esta visão não permite, assim, explicar a razão pela qual algumas mulheres estão integradas no segmento privilegiado do mercado de trabalho. Além disso, deixa por analisar a interligação entre as esferas pública e privada. Apesar do valor inegável que esta análise induz na compreensão das estratégias de gestão de recursos humanos, ela torna-se insuficiente quando se trata de apreender a intersecção entre a dimensão *género* e a gestão flexível da mão-de-obra.

No entender de V. Ferreira (1996, 2003), a teoria da segmentação apresenta uma análise macroestrutural, centrada no funcionamento e na lógica do sistema produtivo capitalista. Se, por um lado, procura compreender porque razão a maioria das mulheres se encontra no segmento secundário, por outro, deixa por explicar o processo de segregação que ocorre no interior daquele e, designadamente, quais os factores que explicam a concentração de mulheres em postos de trabalho tidos como *femininos* e sujeitos a remunerações inferiores. Tal como nas teorias anteriores, a centragem nos aspectos estruturais e economicistas leva estas teorias a deixarem praticamente inquestionada a diferença social entre os sexos e a discriminação sexual (cf. Collinson, D. *et al.*, 1990).

Neste sentido, estas perspectivas subtraem o efeito do contexto institucional envolvente, perdendo de vista que os sistemas sociais - e, como tal, também as relações de género, raciais, étnicas ou de classe - estão incrustados (*embedded*) nos mercados internos de trabalho (cf. Granovetter, 1985; Rubery, e Fagan, 1994). Tratando-se de um raciocínio marcadamente estático e a-histórico, descuida portanto as singularidades históricas inerentes aos diferentes contextos sociais, assim como a capacidade de mudança e de transformação social. A empresa, ou organização, é investida de um poder absoluto, praticamente total e ilimitado, no que respeita à organização do trabalho, às estratégias de gestão e de controlo dos trabalhadores. Em contrapartida, estes são remetidos para um papel de submissão e de passividade (cf. e.g. Pollert, 1988).

No fundo, estas perspectivas, tal como as do exército industrial de reserva, “ (...) tomam como garantido que a gestão é uma classe ou função altamente coesa, idêntica, monolítica e homogênea, unida no objectivo de controlar o trabalho e extrair mais-valia” (Collinson, D. *et al.*, 1990: 32, tradução livre). Num tom particularmente crítico, Anna Pollert entende que o modelo da empresa flexível se rendeu à ideologia da flexibilidade e aceitou a dualização da força de trabalho como inevitável no curso das novas dinâmicas do mercado e das estratégias capitalistas – o que “ (...) sugere um balanceamento funcionalista, através do qual a divisão do trabalho mantém o equilíbrio social e económico” (1988: 68, tradução livre).

3. Teorias dos dois sistemas

Em relação às teorias analisadas anteriormente (teorias do exército industrial de reserva e teorias da segmentação do mercado de trabalho), as perspectivas que se seguem introduzem uma clivagem clara: as raízes da diferenciação sexual não são exógenas ao mercado de trabalho; ou seja, a gestão capitalista é perpassada pela influência das ideologias de género. Aliás, é do interesse do capital alimentar a ideologia do patriarcado (supremacia masculina), de modo a legitimar a exploração e a subordinação das mulheres na esfera laboral (cf. Chafetz, 1999).

É verdade que, como afluído previamente, Michelle Barrett (1988) acentua, de igual modo, o peso da ideologia na opressão feminina, sublinhando a existência de dois sistemas de opressão interdependentes: o capitalista e o familiar/doméstico. Todavia, de acordo com Sylvia Walby (1986), as teorias dos dois sistemas têm em comum o facto de considerarem que o sistema capitalista e o sistema patriarcal são independentes, ainda que interajam entre si. No âmbito destas, enquanto umas procuram determinar se são as relações capitalistas ou as patriarcais que mais influem nas estruturas de dominação da sociedade, outras entendem que as relações capitalistas e de dominação masculina se entrecruzam em todas as esferas da sociedade.

Para a socióloga francesa Catherine Delphy existem dois modos de produção autónomos: o modo de produção capitalista, no qual são produzidos os bens e serviços com valor no mercado e onde se desenrola a exploração exercida pelo capital; e o modo de produção familiar e doméstico, no qual são produzidos os bens e os serviços domésticos e familiares e onde tem lugar a exploração levada a cabo pelos homens. É, no entanto, no espaço doméstico, e por via do contrato de casamento, que se aloja a fonte de exploração e de opressão feminina. O valor do trabalho das mulheres não é reconhecido como produtivo porque não é susceptível de troca no mercado; logo, elas não são remuneradas nem compensadas pelo trabalho que desenvolvem, num contexto em que os produtos e os serviços que

realizam são apropriados pelos homens (sistema de dominação patriarcal). No modo de produção doméstico, as mulheres são a classe produtiva, enquanto os homens são a classe não produtiva e exploradora, ou seja, são o *principal inimigo das mulheres* – título, aliás, atribuído por Delphy a uma das suas obras (Delphy, 1992). É a partir deste argumento que esta autora situa a sua abordagem no *feminismo materialista*; ou seja, parte do princípio que o casamento é acima de tudo uma relação económica, por via da qual “o trabalho não remunerado é exortado de uma categoria particular da população, as mulheres, igualizando-as na condição de oprimidas e subordinadas” (1992: 138, tradução livre).¹³

Por conseguinte, a posição de classe das mulheres deve ser entendida a partir das relações de produção que se estabelecem com o casamento, e não das relações de produção capitalistas (cf. Barrett, M., 1988). De acordo com esta perspectiva, a condição de subordinação e de opressão que as mulheres experienciam fora do espaço doméstico é um corolário da sua situação na família. Dito de outro modo, é o facto de a mulher ter a seu cargo as responsabilidades e afazeres dentro de casa, e de ser explorada neste domínio, que a coloca, conseqüentemente, em situação de desvantagem no mercado de trabalho. Não tendo disponibilidade para investir no campo da formação profissional, as mulheres vêm-se excluídas das melhores oportunidades de emprego. No fundo, o capitalismo só se acomodou e explorou as características do sistema patriarcal.

De acordo com Virgínia Ferreira, esta teoria teve o mérito " (...) de distanciar a família do estatuto de aparato ideológico, a que estava sendo destinada pela Sociologia, sobretudo aquela de inspiração althusseriana, e de redescobri-la como unidade económica" (1996: 107). Contudo, ao deixar de lado a análise das relações de género na esfera laboral, perde de vista a razão pela qual as mulheres que não estão na condição de domésticas, que não são casadas, ou que não coabitam com um homem, são igualmente objecto de exploração no mercado de trabalho (Barrett, M., 1979; Walby, 1990; Ferreira, V., 1996). A este propósito, Michèle Barrett levanta ainda o quesito: "Quando as mulheres cuidam das crianças ou de idosos dependentes, poderão estes ser vistos como a classe exploradora?" (1979: 102, tradução livre).

Heidi Hartmann e Sylvia Walby desenvolveram o contributo de Delphy, ainda que sejam claras as suas divergências teóricas: enquanto a primeira autora perspectiva que os dois sistemas estão em harmonia, Walby releva a sua relação conflitual.

¹³ Delphy e D. Leonard (1992) salientam que, com o contrato de casamento, há uma parte que ganha (homens) e uma parte que perde (mulheres). Os homens não só poupam o seu dinheiro quando consomem os produtos e serviços realizados pelas mulheres em casa, como ganham tempo – o qual, de outro modo, teriam que canalizar para a sua manutenção e sobrevivência, assim como para a dos seus dependentes. Além disso, obtêm apoio emocional quando dele necessitam e têm ao seu dispor uma parceira sexualmente complacente, pronta a satisfazê-los.

3.1. A interdependência harmoniosa entre o sistema capitalista e o sistema patriarcal

A economista norte-americana Heidi Hartmann foi uma das propulsoras da abordagem dos dois sistemas, defendendo que é a partir da interpenetração entre o sistema capitalista e o sistema patriarcal (fenómeno ocorrido no século XX e do qual resultou o *capitalismo patriarcal*) que se pode compreender a segregação do mercado de trabalho, em particular a segregação profissional. No célebre texto sobre *o casamento infeliz entre o marxismo e o feminismo*, Hartmann critica o pensamento das marxistas-feministas, por entender que o mesmo subjuga as causas das mulheres à luta de classes. Para esta economista, uma sociedade pode passar de capitalista a socialista e, mesmo assim, permanecer patriarcal. Neste sentido, defende que: "Como feministas-socialistas, temos que lutar quer contra o patriarcado quer contra o capital" (1979:24, tradução livre).

Está presente, ao longo do seu trabalho, a determinação em introduzir as desigualdades sexuais como referência de análise nas correntes estruturalistas, contrariando o princípio de que a macroestrutura é neutra do ponto de vista da ideologia do género. Hartmann (1979) define o sistema patriarcal como o conjunto de relações sociais estabelecidas entre os homens. Estas, embora frequentemente hierárquicas, são também relações de interdependência e de solidariedade masculina, permitindo, assim, o controlo e o domínio sobre as mulheres.

Os homens, ameaçados pela crescente participação feminina no mercado de trabalho, e receando perder o controlo patriarcal, têm adoptado uma estratégia defensiva e de resistência, a qual visa a exclusão das mulheres das profissões mais remuneradas e de estatuto superior, ou até o seu afastamento da actividade económica. Como são eles que asseguram o funcionamento do sistema capitalista e que dominam, igualmente, os movimentos sindicais, não surpreende que tenham fomentado a segregação sexual e tentado impedir o acesso aos seus territórios (*id. ibid.*). Relativamente ao papel dos sindicatos, Hartmann (1979) entende que estes têm adoptado uma estratégia defensiva, visando salvaguardar a posição dos homens no mercado de trabalho. Neste contexto, têm lutado por leis laborais proteccionistas em relação a mulheres e crianças, as quais, mais do que evitar os abusos e a exploração exercida pelo capital, visam sobretudo cercear a participação daquelas no mercado de trabalho. O objectivo desta estratégia de resistência é, assim, o de confinar as mulheres à esfera doméstica, votando-as à sua condição de dependência e de subjugação à exploração masculina.

Heidi Hartmann (1979) evoca ainda as práticas de assédio sexual como investidas masculinas que se destinam a excluir as mulheres dos postos de trabalho socialmente mais prestigiados (ou mesmo da esfera laboral). A seu ver, o controlo masculino não se confina à esfera económica; os homens procuram, concomitantemente, controlar a sexualidade das mulheres. Ao restringir o acesso

destas ao mercado de trabalho, estão, portanto, a procurar certificar-se que elas continuam a servi-los pessoal e sexualmente. Em suma, de acordo com esta perspectiva, os sistemas capitalista e patriarcal estão em perfeita harmonia nos seus interesses e fins, reforçando-se mutuamente.¹⁴

¹⁴ Também Cynthia Cockburn (1991) aborda, num registo exímio, o modo como a sexualidade é instrumentalizada pelos homens nas organizações, quer como uma forma de demarcação do *seu território*, quer como imposição (e expressão) do seu poder e controlo sobre as mulheres. As organizações são, assim, vistas como espaços onde o poder e a sexualidade andam em par. Aliás tanto esta autora, como D. Collinson *et al.*, (1990), concluem dos seus estudos que, quando ameaçados pela presença feminina nos locais de trabalho, os homens recorrem à sexualidade, designadamente ao assédio sexual ou a anedotas sexistas (piadas que reforçam o discurso da sexualidade *macho*), como forma de reter o seu poder sobre as mulheres, de as intimidar e subjugar à cultura masculina. Como recordam Lígia Amâncio e M. L. Lima (1994), o assédio sexual força o outro (neste caso, a mulher) a suportar, contra sua vontade, comentários humilhantes e ofensivos, olhares intimidantes, convites constrangedores, toques, gestos e abusos de autoridade para obter favores sexuais.

Também Teresa Rosa dá conta, na sua pesquisa, do fenómeno de assédio sexual no local de trabalho. A partir de estudos de caso realizados em empresas do sector químico na indústria de Setúbal, foi possível encontrar testemunhos que apontam no sentido das observações dos/as autores/as anteriores. Uma mulher, nomeadamente, admitiu o constrangimento causado pelo sentimento de *mulher-objecto* incitado pelos colegas de trabalho do sexo masculino - (...) 'quando entrei, senti-me mal neste ambiente fabril, que desconhecia. Os operários diziam gracejos impertinentes quando eu passava, do que eu não gostava nada (...). Deixei de os cumprimentar, quando passava (...)' (1998: 221).

Importa reter que, efectivamente, a discriminação contra as mulheres nem sempre é visível e directa, situando-se frequentemente num plano mais subjectivo e, portanto, difícil de enunciar (e denunciar). Também Castells (1997:137), ainda que entenda estar em marcha uma revolução tecnológica, económica e social (a qual compreende a abolição da família patriarcal), sublinha que esta não tem sido uma revolução serena e de veludo: muitos homens não têm conseguido lidar com a respectiva perda de poder, o que tem dado azo a um crescendo violência psicológica exercida sobre as mulheres.

3.2. A interdependência conflituosa entre os sistema capitalista e o sistema patriarcal

De acordo com a socióloga britânica Sylvia Walby (1986), Hartmann, ao confinar o conceito de patriarcado às relações sociais que os homens estabelecem entre si, subestima aquelas que são travadas entre estes e as mulheres. Este elemento não é, todavia, o único que separa ambas as autoras nos seus argumentos: para S. Walby, a relação entre patriarcado e capitalismo não é modelada pela harmonia, mas sim pela tensão e pelo conflito. O primeiro procura manter as mulheres em casa, confinadas ao trabalho doméstico; o segundo necessita delas no mercado de trabalho, e anseia pela acumulação de mais-valia. Na sua óptica, importa elaborar um modelo de análise que permita compreender os elementos económicos, sociais e políticos que estruturam o mercado de trabalho.

Esta autora critica as teses que têm procurado alojar o capitalismo e o patriarcado em diferentes cantões da sociedade. A presença (ou ausência) das mulheres na esfera laboral deve ser analisada à luz das forças capitalistas e patriarcais existentes num dado contexto social. Apesar dos dois sistemas serem independentes, interagem mutuamente; por conseguinte, as dinâmicas e as alterações assinaladas na segregação profissional e sectorial devem ser compreendidas no contexto de uma nova interacção entre as relações capitalistas e patriarcais.

A partir de uma análise histórica das práticas patriarcais, Walby conclui que estas são as principais responsáveis pela exploração e opressão feminina. O patriarcado corresponde a "um sistema de estruturas e práticas sociais através do qual os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres" (1990: 20, tradução livre). Trata-se de um sistema composto por seis estruturas sociais interdependentes, mas relativamente autónomas entre si, e que compreendem: o trabalho doméstico, o trabalho remunerado, o Estado, a violência masculina, a cultura e a sexualidade (no seu trabalho, Sylvia Walby confere especial relevo às duas primeiras estruturas) (Walby, S., 1986, 1990).¹⁵

Existem duas classes inerentes ao modo de produção patriarcal: a classe produtiva, que é composta pelas mulheres enquanto trabalhadoras domésticas, e a classe não produtiva, de que fazem parte os maridos/companheiros e as crianças. Neste modo de produção, o trabalho das mulheres destina-se à reprodução geracional e à produção de força de trabalho, residindo aqui o gérmen da exploração masculina: o homem troca por dinheiro, no mercado, a força de trabalho que a mulher produz, gratuitamente, na esfera doméstica. Do salário auferido, apenas uma pequena parte é endereçada à mulher, e o objectivo essencial é o de assegurar a produção da força de trabalho masculina; logo, o remanescente (a parte que os homens

¹⁵ Além destas, a autora reconhece a existência de outras práticas que contribuem (ainda que em menor grau) para a perpetuação do patriarcado - é o caso da linguagem, dos *media*, da religião e da educação.

guardam para si) equivale à mais-valia e decorre da expropriação e da exploração do trabalho das mulheres. Neste sentido, de acordo com Walby. "Ela [mulher] permanece assim separada do produto do seu trabalho, não detendo qualquer controlo sobre ele, enquanto o marido tem sempre a posse da força de trabalho que a mulher produziu" (1986: 53, tradução livre). Já o sistema capitalista se define como o modo de exploração através do qual o capital explora os trabalhadores assalariados. No fundo, é o modo de exploração que constitui a diferença central entre os dois sistemas (*id. ibid.*: 46).

Neste contexto, e indagando-se sobre as razões que levam as mulheres a não abandonar o trabalho doméstico e, alternativamente, a participar na actividade económica (condição que, a seu ver, lhes permitiria escapar ao jugo patriarcal na família), Walby conclui que "(...) as relações patriarcais no trabalho remunerado são essenciais para compreender porque é que as mulheres não têm acedido mais intensamente ao mercado de trabalho, porque razão são os seus salários e condições de emprego inferiores, e quais os motivos que as levam a permanecer no espaço doméstico" (1986: 42, tradução livre). Tal como Hartmann, esta autora sublinha que, no contexto capitalista, os homens (incluindo as organizações representativas dos trabalhadores) têm activa e solidariamente procurado excluir as mulheres da esfera laboral e das profissões mais remuneradas, qualificadas e prestigiadas. Além disso, S. Walby salienta o papel do Estado, e designadamente do Estado-providência, no reforço das relações patriarcais e da opressão feminina. Tal acontece porque as mulheres, subordinadas no mercado de trabalho e na família, têm poucas oportunidades de acesso à representação política e, portanto, a sua voz está ausente dos órgãos legislativos e decisórios.

Opondo-se às críticas que relevam a natureza rígida, estática e a-histórica do conceito de patriarcado, a autora refere que, dada a interacção particular que ocorre entre as seis estruturas acima mencionadas, podem existir diversas configurações de patriarcado. Este pode assumir *variações* entre sociedades e tempos históricos diferentes, podendo, deste modo, *vari*ar a forma e o grau de subordinação e de exploração das mulheres (cf. Forsberg, Gonas e Perrons, 2000). Sylvia Walby (2000) entende que a intensidade das relações patriarcais se tem vindo a alterar na última trintena de anos, o que passa, *inter alia*, por fenómenos como a crescente participação das mulheres no trabalho remunerado e no sistema educativo (designadamente, nas universidades), o declínio da taxa de natalidade e de fertilidade, o aumento do número de crianças nascidas fora do casamento e das uniões de facto, e o incremento do número de separações e divórcios.

Além disso, a partir da análise histórica efectuada, a autora conclui que a forma de patriarcado se alterou com a passagem do século XIX para o século XX; ou seja, passou-se do patriarcado essencialmente privado, associado à exclusão das mulheres da esfera pública (relações de exploração, dominação e opressão inerentes ao modo de produção doméstico, exercidas por um patriarca, pai ou

cônjuge/companheiro, sobre a mulher) para o patriarcado público, com expressão nas relações de segregação e de subordinação existentes nas estruturas e no funcionamento das instituições públicas (e.g. Estado e mercado de trabalho).

O quadro seguinte resume as características das duas formas de patriarcado.

Quadro 3 - Formas de patriarcado

Forma:	Patriarcado privado	Patriarcado público
Estrutura patriarcal dominante	Modo de produção doméstica	Emprego/Estado
Outras estruturas patriarcais	Emprego Estado Sexualidade Violência Cultura	Produção doméstica Sexualidade Violência Cultura
Período	Séc. XIX	Séc. XX
Modo de expropriação	Individual	Colectivo
Estratégia patriarcal	Exclusão	Segregação

Fonte: Adaptado de Walby, S., 1990: 24.

A partir das críticas formuladas à rigidez do conceito de patriarcado, Walby sublinha, recentemente, que o mesmo pode ser substituído pelo de *regime de género* (2000:65) - ainda que, na sua perspectiva, ambos contemplem quer a dimensão temporal e histórica, quer as especificidades locais, sectoriais ou nacionais. Todavia, ao enfatizar que as estruturas patriarcais exercem uma influência primordial na posição subordinada da mulher na família e no mercado de trabalho, a autora acaba por adoptar uma perspectiva unilateral e determinista. Segundo David Collinson *et al.*, 1990, "A análise de Walby incorre no perigo de substituir uma forma de determinismo histórico (capitalismo) por outro (patriarcado). (...) A vertente determinista da sua perspectiva está ainda presente no propósito teórico de se centrar exclusivamente na estrutura social (...). Ao fazê-lo, deixa por apreender o papel dos actores e das suas práticas sociais concretas na moldagem das estruturas de dominação" (*id. ibid.*: 44, tradução livre).

É verdade que a autora, no plano teórico, se refere às noções de actores e de práticas (quando, por exemplo, aborda a resistência masculina à integração da força de trabalho feminina no mercado de trabalho; ou, ainda, quando salienta que as mulheres, através da participação na esfera laboral, podem escapar à exploração exercida pelos homens). Todavia, empiricamente, a sua abordagem assume um pendor essencialmente determinista; neste âmbito, importa realçar que, ao mesmo tempo que é subestimada a *acção* das mulheres, é sobrevalorizada a *acção* dos homens (cf. Blackburn, *et al.*, 2002). Assume, portanto, que estes são onnipotentes, perfeitamente conscientes e homogéneos nos seus interesses enquanto grupo sexual (cf. Wharton, 1991; Collinson, *et al.*, 1990).

Pese embora o reparo de que as mulheres surgem, na sua perspectiva, como uma categoria social homogénea (cf. Collinson, *et al.*, 1990), a sua obra contempla mais recentemente o pressuposto de que a análise da segregação sexual deve integrar,

além da classe social, a observação de outro tipo de desigualdades, designadamente as de origem étnica e racial (Walby, 1990). Na verdade, as experiências de trabalho das mulheres variam em função da cor da pele e da etnia a que pertencem; ou seja, as estruturas patriarcais coexistem com as estruturas racistas (aliás, ultimamente, a autora tem sublinhado a necessidade de interligação entre três sistemas - género, classe e etnicidade) (cf. Walby, 2000). É, pois, com base neste pressuposto que Walby reitera a sua crítica às teses que atentam exclusivamente nas estruturas de exploração radicadas no trabalho doméstico; para as mulheres de cor, a família representa muito mais o espaço de resistência e de solidariedade contra o racismo do que propriamente o terreno de opressão

4. A influência do paradigma pós-estruturalista

De acordo com Anne Witz (1999), as análises feministas clássicas, desenvolvidas no contexto da Sociologia da década de 1970, centraram-se na relevância do patriarcado e do capitalismo enquanto estruturas de opressão e de subordinação das mulheres na esfera pública, designadamente no mercado de trabalho, e no domínio privado. Desde os anos de 1980, porém, assiste-se a um período de viragem nas análises feministas. Numa linha de orientação pós-estruturalista e pós-moderna, passam a ser comuns temas como cultura, identidade, sexualidade, emoções, poder, *performance* e *embodiment*. Os próximos dois subcapítulos procuram, pois, dar conta desta mudança de paradigma.

4.1. Teorias sobre a construção do género (doing gender)

A partir dos finais da década de 1980, a par do desenvolvimento do feminismo pós-moderno, assiste-se a um momento de viragem no campo das teorias sobre as desigualdades de género. Neste âmbito, e rompendo com a tradição estruturalista e essencialista, tem-se privilegiado uma abordagem construtivista, na qual o *focus* de análise recai sobretudo sobre a forma como os indivíduos, homens e mulheres, constroem as suas identidades no decurso das interações que desenvolvem entre si. Ao mesmo tempo, privilegia-se uma análise dos discursos, que, nas relações interpessoais, produzem e reproduzem a masculinidade e a feminilidade (cf. Bradley, H., *et al.*, 2000).

Trata-se, no fundo, de uma mudança de enfoque: do económico para o cultural; do essencialismo para a heterogeneidade; de uma análise sobre os condicionalismos estruturais para a tentativa de compreender, no plano micro, como é que as relações de género e as identidades masculinas e femininas são construídas nos locais de trabalho, no quotidiano sociolaboral ou na família (e.g. West e Zimmerman, 1987; West e Fenstermaker, 1995). Contrariando o princípio clássico

de que as identidades de género resultam do processo de socialização, e rejeitando concomitantemente o papel passivo a que eram remetidos os indivíduos (homens e mulheres), estas teorias vêm relevar a dimensão construída dessas identidades (cf. e.g. Hirata e Kergoat, 1998; Crompton e Harris, 1999; Gregory e Windebank, 2000). Sob o primado da acção, encara-se que as relações de género têm um carácter eminentemente dinâmico, pelo que importa analisar, empiricamente, a forma como são vividas e construídas em todas as esferas da vida social – económica, política, familiar e simbólica (cf. Ferreira, V., 1996, 1999, 2003).

Na tentativa de ultrapassar aquilo que consideram ser um enviesamento nas abordagens feministas anteriores (cujo pensamento reflectia as preocupações das mulheres brancas e de classe média), as teorias pós-modernas procuram articular o processo de construção do género com o da etnicidade e o da classe social, destacando a dimensão relacional e dinâmica subjacente (e.g. Flax, J., 1987; Bradley, (2000 [1996]). Se, a nível estrutural, estas três categorias podem ser tratadas separadamente (eixos diferentes da estratificação social), uma análise *micro* conduz à conclusão de que: "Todas as interações sociais, independentemente dos seus participantes e dos resultados, são simultaneamente *gendered*, *raced* e *classed* (West e Fenstermaker, 1995: 13).

É neste contexto que Candace West e Sarah Fenstermaker aplaudem o contributo prestado pela Fenomenologia na apreensão da construção do género, na análise da rede complexa de percepções e de interações, e na observação das microactividades onde os géneros masculino e feminino são construídos. "Na nossa perspectiva, o género não é um atributo individual, mas sim algo que é construído na interacção com os outros" (1995: 21, tradução livre).

Os trabalhos de Goffman, nos finais da década de 1970, evidenciaram a influência do género na vida quotidiana. Dando particular atenção aos ritos de interacção, este sociólogo procurou demonstrar que as diferenças entre homens e mulheres não têm raiz nos atributos biológicos, mas sim num código que regula as representações, os discursos, as práticas (interacções face a face), e as estruturas sociais. São, na sua perspectiva, as interacções sociais quotidianas que reforçam a hierarquia entre os sexos. Tal como no palco de um teatro, cada um dos sexos adequa a sua conduta ao guião, ou seja, aos papéis socialmente codificados – facto que permite dar coerência às interacções, *i.e.*, manter a ordem social. Este guião é interiorizado no decurso do processo de socialização diferencial, através do qual cada um dos sexos assimila qual o código simbólico que regula a conduta da sua classe sexual. Todavia, West e Zimmerman (1987) entendem que Goffman se centra no conceito de género enquanto papel social, perdendo de vista que se trata de uma actividade quotidiana, passível de ser negociada, reformulada, alterada.

Em síntese, para estas autoras, o género não é concebido como um papel socialmente construído a partir dos traços somáticos que destrinçam o sexo

masculino do feminino, e que vai sendo reproduzido por via da socialização e dos ritos do dia-a-dia. O género assume, antes, uma dimensão relacional, podendo mesmo ser descrito como uma *actividade* dinâmica, que é continuamente *fabricada* e (re)construída nas múltiplas relações interpessoais que enformam a vida quotidiana.

4.2. Teorias sobre a (des)construção do género

Do ponto de vista metodológico, estas teorias privilegiam a análise qualitativa em torno dos discursos e das narrativas, em detrimento dos dados quantitativos e agregados (cf. Crompton, R., 1999). Linguagem, discurso, diferença e desconstrução são, no seu âmbito, temas recorrentes (cf. Scott, J.W., 1992; Evans, 1997).¹⁶ A linguagem refere-se tanto à expressão verbal, como ao sistema de significados que é construído e organizado a partir das práticas sociais, e que permite aos indivíduos descodificar a realidade envolvente. A tónica no discurso e na linguagem advém, designadamente, da influência do pensamento de Foucault, Derrida e Lacan, e tem como propósito compreender o modo como o discurso dominante está na base da subordinação das mulheres em relação aos homens (cf. Walby, 1990; Scott, 1992; Evans, 1997; Bradley, 2000 [1996]).¹⁷

Na esteira do trabalho de Jacques Derrida, profundamente inspirado na psicanálise, as teorias sobre a desconstrução do género rejeitam a definição teórica de categorias, sobretudo daquelas que se baseiam em oposições binárias (oposição e negação), tais como homem *versus* mulher, homossexualidade *versus* hererosexualidade, branco *versus* preto. Além disso, qualquer análise da realidade assente na construção de categorias comporta uma visão essencialista, profundamente redutora e excludente. Nesta óptica, as categorias são opressivas, na medida em que, por um lado, não permitem apreender a complexidade do real, e, por outro, porque excluem do âmbito de análise tudo o que não se “encaixe” nas construções teóricas previamente formuladas. *Desconstruir* traduz, neste sentido, o desafio de libertar o olhar dos cientistas da opressão categorial (cf. Bradley, 2000 [1996]: 101).

¹⁶ Estas teorias centram-se, como veremos, também na construção do género, ainda que tal se processe num registo fragmentado, volátil e fugaz; trata-se, portanto, de um processo sucessivo de construção e de desconstrução do género.

¹⁷ A influência de Foucault no pensamento feminista é encarada com particularmente criticismo por algumas teses, uma vez que o autor praticamente nenhuma atenção dedicou à problemática do género (cf. Barrett e Philips, 1992; cit. in Bradley, 2000 [1997]: 98). Na obra *História da Sexualidade* (Foucault, 1994 [1976]), a sexualidade é vista como o modo fundamental de poder (e de repressão) da era moderna. Desde o século XIX que é associada, pelo Cristianismo, à maldição da carne - noção que não só se viria a plasmear como verdade *indiscutível*, como a firmar-se como dominante nas várias instâncias modernas. Todavia, depois desta obra, a problemática do género foi, por si, praticamente silenciada (*id. ibid.*).

A centralidade do conceito *desconstrução* advém, portanto, do exercício crítico de desmontagem de qualquer categoria, incluindo a de género. Na linha de Foucault, Jane Flax sublinha: "Os discursos pós-modernos são *desconstrutivistas* na medida em que tendem a distanciar-nos e a tornar-nos cépticas/os em relação aquilo que é considerado como verdade - conhecimento, poder, *self* e linguagem -, isto é, elementos que são tomados como garantidos e que legitimam a cultura Ocidental contemporânea" (1987:624: tradução livre).¹⁸

Flax (1987) problematiza a dissociação entre o natural e o social; e, portanto, também entre o sexo e o género. É assim declinada a possibilidade de desnaturalização do género, de separação entre natureza e cultura, corpo e pensamento. Esta posição seria retomada, ainda que com alguns matizes, por Virgínia Ferreira (2003); esta autora rejeita a pertinência do conceito de género, sublinhando que as teorias mais recentes, pós-estruturalistas e pós-modernas, e designadamente aquelas que têm como inspiração o pensamento de Foucault, têm demonstrado o quão opaca é a dissociação entre o corpo e as representações sociais sobre ele construídas.¹⁹ Com efeito, para Foucault: "Entre as marcas e as coisas não há diferença de observação (...). Por toda a parte há apenas um jogo; o do signo e o do similar, e é por isso que a natureza e o verbo se podem entrecruzar até ao infinito, formando, para quem saiba ler, como que um grande texto único" (1998:89).²⁰

De acordo com Judith Butler (1990, 1993), a integridade ontológica incorporada na categoria *mulheres* é portadora de um sentido essencialista, excludente e rígido. Em contraponto, importa formular uma teoria que atente na fragmentação das subjectividades individuais. Ao abrigo do pressuposto do *descentramento do sujeito*, a identidade do *self* está longe de ser organizada, estável e coerente (cf. Ferreira, V., 2003:43). No que respeita ao género em particular, esta autora iguala-o a uma paródia ou a uma mera representação *performativa*. Nenhum ser humano é *essencialmente* masculino ou *essencialmente* feminino. As identidades de género e os

¹⁸ Recorde-se que Foucault parte da noção de discurso para desafiar o pensamento científico moderno e a sua crença na objectividade e na verdade absoluta. A seu ver, o discurso dominante corresponde ao *regime de verdade* de um dado contexto ou sociedade (cf. Bradley, 2000 [1996]:103). Em geral, as perspectivas pós-modernas distanciam-se do paradigma positivista que balizou o pensamento moderno e enfatizam as limitações da ciência e a sua constante progressão e transformação. Além disso, o cientista é perspectivado sobretudo um actor social e, como tal, portador de subjectividade (*vide* Ferreira, V., 1998, 2003).

¹⁹ Salientamos, contudo, que Virgínia Ferreira (2003), ao invés das teorias pós-estruturalistas do género, não partilha da visão de que as mulheres não constituem um colectivo social. Na sua perspectiva, o biológico e o social são duas faces da mesma moeda. O sexo não é biológico, mas algo culturalmente construído a partir da ordem biosocial. A identidade sexual é, na sua perspectiva, também um facto cultural. Ainda, a seu ver, as práticas de construção de identidade, ainda que dinâmicas, não ocorrem à margem das condições que estruturam as desigualdades de classe e de sexo.

²⁰ Na obra *As Palavras e as Coisas*, Foucault (1998) inicia a problemática da relação sujeito-objecto a partir da ilustração *As Três Meninas*, de Velásquez. Releva, deste modo, que o corpo é que uma tela que a sociedade pinta. No fundo, está presente o pressuposto de que não é possível dissociar as palavras das coisas, os sujeitos dos objectos, os elementos linguísticos dos não linguísticos.

desejos sexuais emergem e alteram-se continuamente por via das práticas e dos discursos. Sucessivamente, vão ocorrendo diferentes identificações que perfazem uma narrativa subjectiva fragmentada. Aliás, não há nenhuma ligação linear entre sexo e género, uma vez que cada sexo pode optar pelo género que mais desejar. Quando se representa e desempenha o género, por via das palavras, dos gestos, das acções, está-se a fabricar o sexo (Butler, 1990). Por conseguinte, este não é algo de pré-linguístico, a partir do qual são produzidas as narrativas em torno do género. Isto é, “o sexo é sempre género, e não existe corpo sexuado para lá da narrativa do género” (*id. ibid.*:145, tradução livre).

Assim sendo, a subordinação das mulheres relativamente aos homens deve ser compreendida à luz do discurso constitutivo do género. São, portanto, as formações discursivas (narrativas) que definem as práticas sociais dos indivíduos, que enquadram as relações de género e de poder, que normalizam os corpos femininos e masculinos e que disciplinam a sexualidade.²¹ Logo, o género não é um atributo, mas sim um efeito narrativo e um transtorno (Butler, 1990). A igualdade e a liberdade individual dependem, nesta óptica, da diluição das diferenças no plano discursivo. Trata-se, portanto, de subverter as normas contidas no discurso, de transpor o género, de baralhar as categorias inerentes ao sexo e à sexualidade.

O pensamento de Butler tem sido objecto de várias críticas; a obra *Gender Trouble* (1990) sugere que a realidade (a matéria) não existe para lá do discurso, do episódico e do fugaz. Como refere Bourdieu, estamos perante teorias que reduzem a diferença dos sexos a meros *happenings* discursivos (1998: viii). Ao renunciarem aos princípios do feminismo moderno, designadamente ao essencialismo e ao estruturalismo, as teorias sobre a (des)construção descartam a influência exercida pelas condições estruturais na produção (e reprodução) das desigualdades entre homens e mulheres (para um maior desenvolvimento, veja-se Ferreira, V., 2003).

5. Abordagens pluralistas: entre o estruturalismo e o construtivismo social

Enquadrámos nas abordagens pluralistas as teorias que, seguindo Rosemary Crompton e Fiona Harris (1999), procuram articular os princípios do estruturalismo/essencialismo com os do construtivismo/pós-essencialismo. Evocando o pensamento de Folbre (1994, cit in Crompton, 1999), as autoras defendem a necessidade de uma abordagem que enfatize, simultaneamente, os conceitos de escolha e constrangimento, de cooperação e conflito, de dinâmica individual e grupal (cit. *in* 1999:128).

²¹ Recorde-se que um dos conceitos lapidares do pensamento de Foucault é o de *tecnologias do self*, o qual procura descrever a forma como os indivíduos se auto-políam na sociedade e disciplinam as suas práticas em função do discurso dominante, subjugando-se ao sistema de poder (cf. Martin, 1988). Fraser (1989) integrou a perspectiva de Foucault numa teoria sobre o género, tendo perspectivado os corpos *gendered* como produtos de práticas disciplinadoras (cit., *in* Connell, 2000:36).

Estas abordagens procuram ultrapassar as lacunas das teorias individualistas, como é o caso daquelas que versam sobre o capital humano e as preferências, e que explicam a segregação sexual a partir das opções e escolhas dos indivíduos. Em alternativa, esforçam-se por analisar a interdependência entre as opções/escolhas e os constrangimentos (ou oportunidades) estruturais (Wharton, A. 1991).

Vale a pena recordar, a propósito desta abordagem, o contributo de Giddens. Com a teoria da estruturação, o autor (1989) procura conciliar as teorias alinhadas no paradigma estruturalista com as teorias da acção, inspiradas no paradigma do construtivismo social. As primeiras enfatizam a estrutura e perspectivam a sociedade como um todo independente e externo aos sujeitos - os quais, por sua vez, são remetidos para o papel passivo de *objectos sociais*. Por outro lado, as teorias da acção colocam a tónica nas relações interpessoais e nas acções sociais protagonizadas pelos indivíduos, tidos como sujeitos activos na construção do social.

Giddens procura, assim, articular a macrossociologia com a microsociologia. Se, no primeiro caso, a análise da acção é posta entre parênteses, destacando-se os mecanismos de reprodução dos sistemas sociais, no segundo, a dimensão institucional é praticamente ignorada (Giddens, 2000 [1979]: 97). A sua teoria procura salientar que a relação entre estrutura e acção tem tanto de interdependência como de dialéctica. O conceito-chave é, assim, o de *dualidade da estrutura*, através do qual pretende " (...) afirmar que as propriedades estruturais dos sistemas sociais são simultaneamente o meio e o resultado das práticas que constituem esses mesmos resultados (...). A identificação entre estrutura e constrangimento é aqui igualmente rejeitada. A estrutura tanto capacita como constrange " (Giddens, 2000 [1979]: 43).

5.1. Teorias socioconstrutivistas sobre as relações de género

As teorias socioconstrutivistas enfatizam os processos de diferenciação entre os géneros (Feuvre, 1999), procurando, por um lado, articular a dimensão estrutural com a relacional (acção social) e, por outro, declinar o conceito de patriarcado e a visão essencialista contida na categoria de *mulheres*.

Rosemary Crompton tem, nas suas obras, descrito pormenorizadamente as limitações associadas ao *patriarcado* - conceito, aliás, emblemático da segunda vaga do pensamento feminista, e segundo o qual os homens detêm uma capacidade absoluta para explorar e oprimir as mulheres. Ao abrigo desta aceção, *elas* são onnipotentes; *elas*, o grupo destituído de poder, submisso e passivo. Em contraponto, ao enfatizar o conceito de acção, esta socióloga sugere que as relações de género (sendo também relações de poder) são sempre interdependentes e recíprocas, independentemente do seu recorte assimétrico.

O conceito de patriarcado remete ainda para um noção monolítica e essencialista de mulher. "No Ocidente, o estereótipo em torno da classe média obscureceu as experiências das mulheres de diferentes etnias e classes, de diferentes tempos e de diferentes lugares" (Crompton, 1999: 3, tradução livre). Neste contexto, deve ser reconhecida explicitamente a tensão que existe entre, por um lado, a categoria universal de *mulher* e, por outro, as experiências de vida de *diferentes mulheres*. A perspectiva adequada parte, pois, do reconhecimento da pluralidade e da diferença, sem descartar a noção de que o género tem um papel importante na constituição do sujeito (*id. ibid.*: 7).

O patriarcado aparece, no quadro do feminismo moderno, recorrentemente retratado como um sistema único, subestimando que as relações de género variam em função dos contextos sociais e históricos. Para Crompton (1999), as estruturas e as instituições sociais não determinam, por si só, uma dada configuração de relações de género, pelo que é preciso atender ao papel dos actores sociais. Segundo palavras suas: "As relações de género são produzidas e reproduzidas por via das já existentes instituições, normas e práticas, bem como através das relações que se estabelecem entre os homens e as mulheres" (*id. ibid.*: 19, tradução livre).

É no quadro das teorias pluralistas que integramos também a perspectiva de Virgínia Ferreira (1996, 1998; 2003), na qual o conceito de *relações sociais de sexo* é assumido como central. Este procura salientar a interdependência entre o biológico e o social na construção das identidades, das diferenças sexuais, nos modos como cada pessoa é percebida pelas outras, e na construção de sentido que está subjacente a qualquer interacção social. As percepções pessoais e interpessoais, assim como as relações entre homens e mulheres, não podem ser dissociadas da corporalização sexual (Ferreira, 2003:157). Ainda que encontremos, a este respeito, um elo de contacto com as teses pós-estruturalistas e (des)construtivistas, a verdade é que Virgínia Ferreira não perde de vista a dimensão contingencial das diferenças entre os sexos. A seu ver, as perspectivas adequadas são aquelas que, tomando como central o conceito de relações sociais de sexo, entendem "(...) o mercado como um veículo para o exercício do poder político e a expressão de valores culturais, fazendo-nos tomar consciência de que as posições de homens e mulheres no emprego são construídas através do discurso e da acção de instituições, como o Estado e o mercado de trabalho, e de que as identidades subjectivas masculinas e femininas são também constituídas no contexto de trabalho" (1996:112).

Em suma, à luz de uma perspectiva que se situa no *construtivismo moderado*, Virgínia Ferreira (2003) acentua que os processos de construção de identidade, tal como as relações sociais de sexo, apesar de serem dinâmicos, não ocorrem à margem das condições que estruturam as desigualdades entre os sexos. Com base no pensamento de Chris Shilling, refere: "subscrevo a afirmação (...) de que as insuficiências do construtivismo merecem bem que a sociologia corra o risco de

soar essencialista” (*id. ibid.*:158). Retomando o conceito de *identidade sexuada*, ele assume, no pensamento da autora, particular relevo enquanto instância mediadora entre as estruturas sociais e as acções individuais.

Robert W. Connell (1987, 2000) é uma referência incontornável no contexto destas teorias. A partir da perspectiva da acção social (*agency*), este autor considera que as teorias modernas sobre o género pecam fundamentalmente por duas razões: por verem o mundo dividido em categorias estanques, a dos homens e a das mulheres, e pelo facto de sobrevalorizarem a influência das estruturas, esquecendo-se das práticas. É à luz deste raciocínio que o autor defende uma análise centrada no género enquanto estrutura social. A noção de *social* remete quer para os constrangimentos que, numa dada organização social, recaem sobre as práticas, quer para a complexidade de interacções que são estabelecidas entre os actores e as instituições sociais (1987: 94-95).

À luz desta perspectiva, o género - entendido com uma construção social criada a partir das diferenças biológicas (corporais) - está socialmente incrustado nas várias instituições sociais e é, simultaneamente, (re)construído e (re)negociado através dos discursos e das práticas.²² O conceito de género incorpora, assim, uma dimensão estrutural e uma dimensão relacional. Tal como Crompton (1999), Connell (1987, 2000) destaca que as relações de poder entre homens e mulheres, ainda que assimétricas, não são fixas e imutáveis, contendo margem para a negociação e para a mudança. Por outras palavras, as condições estruturais influenciam as representações sociais e a subjectividade dos indivíduos, mas estes, enquanto sujeitos activos e através das relações entabuladas entre si, têm capacidade para dinamizar e transformar as estruturas sociais.

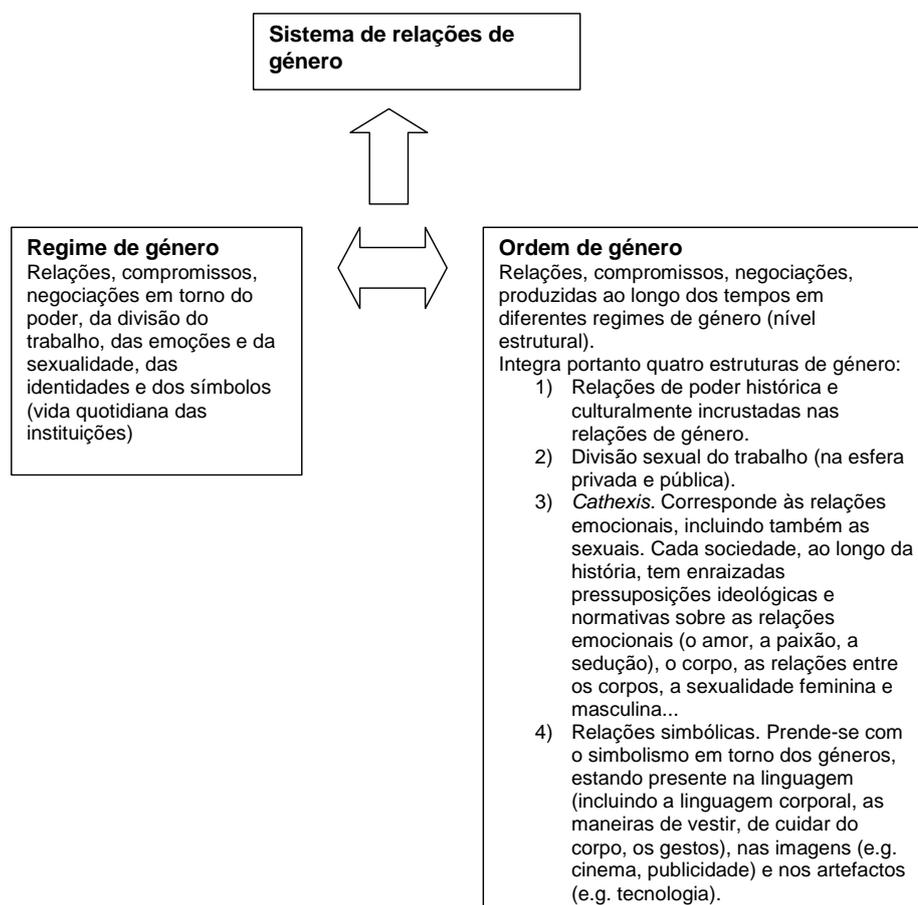
Em detrimento do conceito de sistema patriarcal, Connell (1987, 2000) propõe o de sistema de género, o qual se reporta à totalidade de relações de género. Estas, por seu turno, são dinamizadas a nível micro (práticas sociais) e enraizadas a nível estrutural. O sistema de género é produzido através da interrelação entre a *ordem de género* (*gender order*) e os diferentes *regimes de género* (*gender regimes*) (Connell, 2000: 58-68).

O *regime* diz respeito às relações de género numa dada instituição (e.g. empresa, família, escola, universidade, partido político, forças policiais, clubes desportivos...), enquanto a *ordem* resulta da relação entre diferentes regimes de género (nível societal). Esta tem uma dimensão histórica e socialmente construída,

²² Este autor rejeita a dicotomia entre género masculino e género feminino. Apesar de as representações simbólicas em torno dos géneros serem dicotómicas, na realidade as relações nem sempre o são: uma relação homossexual, ainda que aparentemente esteja assente na semelhança de género, é ela própria *gendered* (Rosemary Pringle, 1992, cit. in Connell, 2000:38-39). Por conseguinte, em vez de evocar a *diferença*, importa relevar a dimensão *relacional de género*. “ O género envolve muito mais do que uma relação frente-a-frente entre dois corpos; compreende uma vasta e complicada ordem institucional e cultural” (Connell, 2000:39).

sendo dinamizada por quatro estruturas de relações de género que interagem entre si: a divisão sexual do trabalho, as relações de poder (incluindo o nexo entre autoridade e masculinidade), as relações emocionais (*cathexis*) e as relações simbólicas (veja-se figura seguinte).²³

Figura 1 – Sistema de relações de género



Observando o sistema de género, é possível apreender que o modelo cultural de *masculinidade hegemónica* se constrói e reproduz através das estruturas que integram a ordem de género, assim como por via das práticas desenvolvidas nos diferentes regimes de género. Hegemonia significa, na esteira da teoria formulada por Gramsci sobre as relações de classe em Itália, que a ascendência social é alcançada através da interacção das forças sociais, para lá de lutas de poder na organização da vida privada e dos processos culturais (Connell, 1987: 184). Segundo Connell (1987), a masculinidade hegemónica (construção ideológica de masculinidade) está na base da subordinação das mulheres e da posição inferior que estas ocupam na sociedade; ao mesmo tempo, ela potencia também a

²³ Na obra de 1987, *Gender and Power*, o autor abordou apenas três estruturas; na obra *Gender*, editada no ano em 2000, foi integrada a dimensão “relações simbólicas”.

subjugação dos homens, porquanto subordina (e reprime) as masculinidades alternativas ao modelo ideal dominante.²⁴ Todavia, tratando-se de uma construção social, a masculinidade hegemónica tanto é passível de reconfirmação como de transformação (para um maior desenvolvimento desta problemática, veja-se e.g. Vale de Almeida, 2000; Ferreira, V., 2003).

Também a sociologia da prática, proposta por Bourdieu, assenta no princípio da construção social dos sujeitos através das práticas e, concomitantemente, na rejeição de que estes possam ser reduzidos ao mero papel de suporte da estrutura (1989: 61). Aliás, este sociólogo clarifica que o conceito de *habitus* ambicionou pôr “em evidência as capacidades ‘criadoras’, activas, inventivas (...)” dos sujeitos (*id. ibid.*). O conceito de *habitus* sugere o sistema de disposições interiorizadas pelos indivíduos, profundamente enraizadas e duradouras, e, em simultâneo, a possibilidade de reconstituição das mesmas por intermédio das práticas.

Recorde-se, porém, que a obra *Dominação Masculina* (Bourdieu, 1999) gerou réplicas hostis por parte de algumas feministas, quer pelo facto de Bourdieu ter ignorado o património da literatura feminista (aliás, algumas autoras referiram-se a este facto como uma expressão de *violência simbólica*) (cf. Lovell, 2000:27), quer por ter secundarizado as transformações nas relações de género, *i.e.*, o papel que as mulheres têm desempenhado enquanto agentes históricos - e, como tal, também as lutas e as conquistas granjeadas pelos movimentos feministas. A sua perspectiva foi ainda comparada com a de Althusser, em particular com o registo determinista e com a visão sobressocializada e fatalista dos sujeitos (*id. ibid.*). Connell (1987: 94), nomeadamente, afirma que, no pensamento de Bourdieu, só há espaço para a reprodução social, não para a produção social; só assim se compreende a visão de que as sociedades são perpassadas por um processo histórico onde as estruturas e as instituições, bem como as práticas sociais, reproduzem a ordem androcêntrica.

Contudo, de acordo com Terry Lovell (2000), a abordagem de Bourdieu pode trazer um contributo importante às teorias feministas contemporâneas. O conceito de *habitus*, associado ao de classe social, tem o mérito de contrariar as tendências pós-estruturalistas e as teses liberais. Para estas, a acção caracteriza-se pela fluidez, pela instabilidade e pela ausência de constrangimentos, e as identidades sociais são tidas como pontuais, episódicas e muito dinâmicas (à semelhança de máscaras que, sucessivamente, se podem trocar). Ao invés, o conceito de *habitus* presta um contributo notável enquanto elemento mediador entre as estruturas e as práticas.

²⁴ A este propósito, importa destacar o estudo antropológico realizado por Miguel Vale de Almeida (2000) acerca da construção da masculinidade numa aldeia alentejana (Pardais, concelho de Vila Viçosa). Aqui, não só nos dá conta da forma como o modelo cultural (hegemónico) de masculinidade controla, por via dos discursos, dos rituais e das práticas, aquilo que se entende como sendo masculino, como releva a diversidade de identidades masculinas e o modo como a(s) masculinidades são (re)construídas e (re)confirmadas no quotidiano da comunidade, seja através da divisão do trabalho, da socialização na família, da escola e de formas variadas de sociabilidade e de interacção social.

Neste contexto, a partir do conceito original de *habitus*, poder-se-á fazer referência ao *habitus* de género, o qual se reporta às disposições interiorizadas pelos homens e pelas mulheres, e que regulam os modos de pensar e de agir em função do grupo social a que pertencem (Lovell, 2000). Ambos – rapazes e raparigas - adquirem desde muito cedo a sua identidade sexual; a partir daqui, ao longo da vida, vão cultivando as diferenças corporais e culturais associadas à masculinidade ou à feminilidade (aliás, para Bourdieu, o *corpo é socialmente informado*, pelo que as diferenças corporais e as diferenças socialmente construídas são duas faces de uma mesma moeda) (*id. ibid.*).

5.2. Teorias sobre a interdependência entre sistemas institucionais e relações de género

Estas teorias rejeitam as teses da convergência e, alternativamente, procuram relevar a importância do sistema societal e do enquadramento institucional na análise das relações de emprego e de género (Fagan e Lallement, 2000). A esfera laboral e a familiar são concebidas como realidades intimamente interligadas, ainda que detenham uma autonomia relativa (e.g. Beechey, V., 1988; Wharton, 1991; Rubery e Fagan, 1994; Doorne-Huiskes e Hoof, 1995; Rubery, Smith e Fagan, 1999).

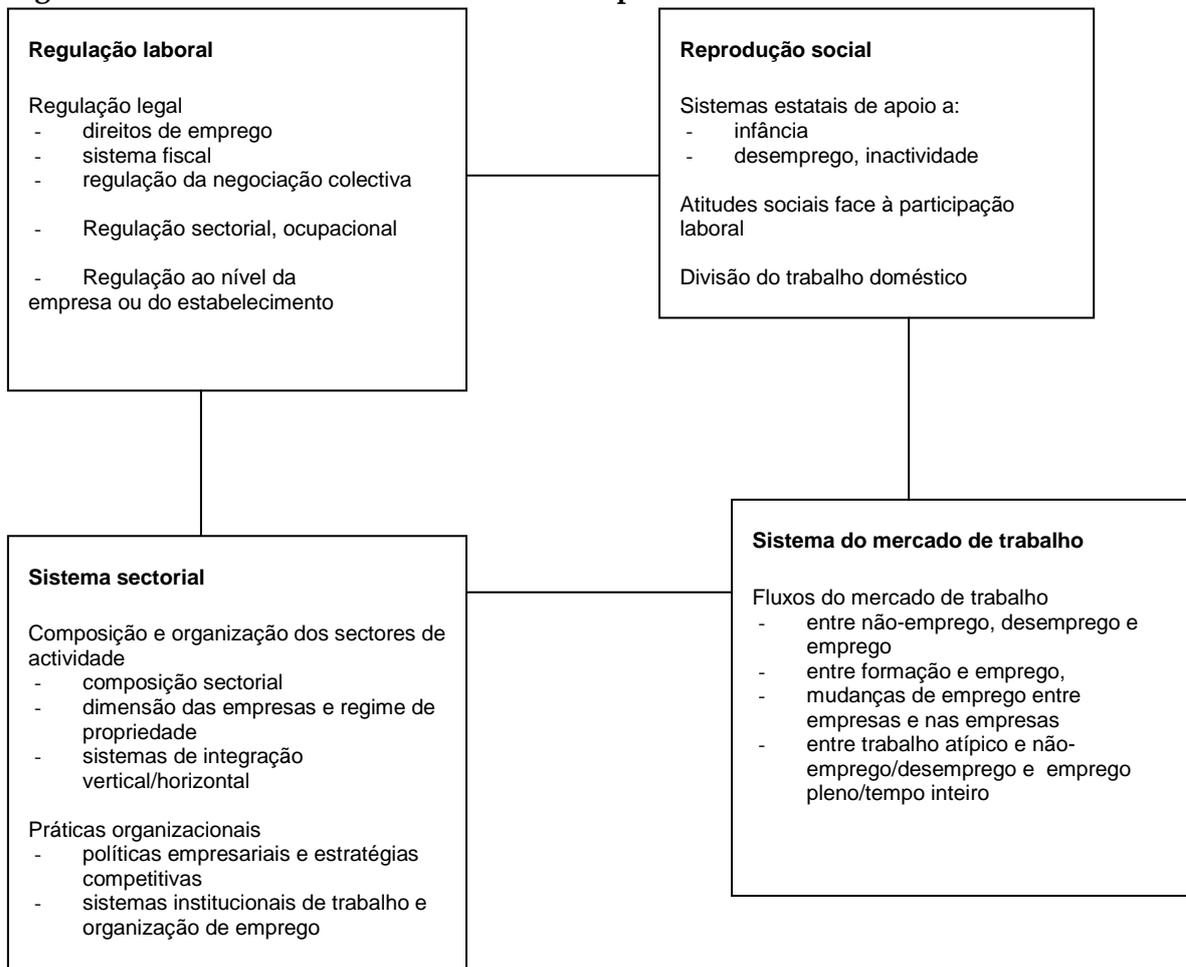
Seguindo o raciocínio de Doorne-Huiskes e Hoof, qualquer análise sobre a segregação no mercado de trabalho deve evitar dois erros: a pressuposição de que as desigualdades de género são causadas exclusivamente pelas opções individuais de homens e de mulheres; e o princípio que os sistemas sociais não exercem qualquer influência nas considerações, opções e comportamentos individuais (1995: 112). Os percursos profissionais são pontuados por decisões e opções que os indivíduos vão efectuando na tentativa de maximizar a sua satisfação, isto é, os respectivos proveitos (aumentar os benefícios e reduzir os custos); no entanto, homens e mulheres não actuam no “vazio”, mas sim num determinado contexto institucional, perpassado por condições estruturais específicas.

A pedra de toque destas teorias é a de que o sistema societal e os respectivos arranjos institucionais introduzem variações importantes na forma como homens e mulheres se posicionam no mercado de trabalho e na esfera familiar (Rubery, Smith e Fagan, 1999). Os processos que estão na base da segmentação do mercado de trabalho são complexos e devem ser apreendidos à luz das estruturas sectoriais, das estratégias patronais e sindicais, das condições tecnológicas, do contexto do mercado de produtos, dos sistemas de regulação do mercado de trabalho (e.g. políticas de emprego e relativas à duração e organização do tempo de trabalho), das políticas sociais e de incentivo à articulação entre trabalho remunerado e família, dos regimes de Estados-providência e das políticas fiscais (e.g. Burchell, Elliott e Rubery, 1994, Perista e Lopes, 1999; Rubery, Smith e Fagan, 1999).

A abordagem institucional incide, pois, sobre os seguintes sistemas, interdependentes entre si e dinâmicos:

- a reprodução social (políticas de apoio à família),
- a regulação laboral,
- o sistema sectorial (*industrial system*),
- o sistema do mercado de trabalho.

Figura 2 - Sistemas institucionais: sua interdependência



Fonte: Adaptado de Rubery e Fagan, 1994: figura 6.1.

Afastando-se das versões clássicas da teoria da segmentação, Jill Rubery e Colette Fagan (1994) enfatizam a necessidade de articular uma análise macro (institucional) com uma micro, centrada nos atributos e nas características da oferta de trabalho. De entre as alterações constatadas a este nível, as autoras destacam o padrão de participação feminina no mercado de trabalho, cada vez mais intensivo e contínuo. Este, por sua vez, relaciona-se com outras dinâmicas, em particular: (1) o incremento dos níveis de educação formal e de qualificação obtidos pelas mulheres, em particular pelas mais jovens (questão que remete para a heterogeneidade feminina e para a importância da variável geracional); 2) as mutações vividas na esfera familiar e nos sistemas de reprodução, constatando-se que as mulheres mais jovens têm vindo a adiar, no seu ciclo de vida, o casamento e a maternidade; neste domínio, tem-se registado também um aumento das taxas de divorcialidade e do número de famílias monoparentais; (3) a emergência de novas atitudes e aspirações sociais, no âmbito das quais o exercício de uma actividade profissional se afigura fundamental para a realização pessoal.

Burchell e Rubery procuraram, igualmente, integrar a perspectiva construtivista nas teorias sobre a segmentação. Uma das suas pressuposições centrais é a de que as oportunidades no mercado de trabalho são moldadas pelas experiências que os indivíduos vão acumulando dentro e fora da esfera laboral e profissional. Trata-se de uma perspectiva que permite explorar as diferenças entre a força de trabalho, distanciando-se, portanto, das teorias da segmentação e da dualização da mão-de-obra, no âmbito das quais as mulheres tendem a concentrar-se no segmento secundário e periférico, constituindo portanto um grupo homogéneo. O ângulo de análise de Burchell, Elliott e Rubery, ao mesmo tempo que atenta na heterogeneidade da força de trabalho feminina, não descarta o pressuposto de que a diferenciação entre as mulheres ocorre no contexto de um processo mais alargado de segmentação com base no género (1994: 84).

Esta perspectiva vem, assim, destacar que a configuração dos processos de segregação sexual resulta não só dos sistemas institucionais, mas também dos percursos individuais e, por conseguinte, de variáveis como o género, a idade, as qualificações, a classe social e a origem étnica (cf. Forsberg, Gonas e Perrons, 2000).

5.3. Teorizações sobre a influência do papel do Estado nas relações de género

Seguindo C. Fagan (1998), são várias as perspectivas que, no âmbito dos estudos sobre o género, têm atribuído particular ênfase ao papel do Estado. Além das perspectivas que entendem que, invariavelmente, em todos os seus momentos históricos e em todas as sociedades, o Estado perpetua as estruturas patriarcais, sendo portanto fonte de opressão das mulheres (cf. Eisenstein, 1978; cit. *in* Fagan, 1998:s/p), destaca-se também a tese segundo a qual o Estado é uma entidade patriarcal e capitalista, ainda que susceptível de algumas variantes. De acordo com esta última linha de raciocínio, o Estado não é concebido como uma entidade

monolítica, mas sim como uma instituição permeável à dinâmica dos processos culturais, sociais, políticos, económicos e históricos peculiares de cada sociedade. As orientações estatais dependem dos processos de conflito, emanados das relações de classe e das relações de género. Estas teses sublinham que uma análise que incida sobre os conflitos de género, em particular, permitirá verificar que os conflitos, no caso dos países escandinavos, foram decisivos na edificação de um quadro legal e de um Estado-providência mais favoráveis às mulheres (*women-friendly*) (Kolberg, 1991, cit. in Fagan, 1998: s/p; veja-se também Hirdman, 1998; Mahon, 1998).

Esta segunda perspectiva, porém, reflecte alguns matizes: nela encontramos olhares mais optimistas quanto à possibilidade de as relações patriarcais poderem ser modificadas por via da intervenção do Estado (Kolberg, 1991, cit. in Fagan, 1998: s/d), até ao argumento de Sylvia Walby. Para esta autora, pese embora as diferentes formas e graus, qualquer Estado é sempre patriarcal prevalecendo enquanto entidade opressiva das mulheres. No mesmo registo de argumentação, outra teses têm evocado que, mesmo nos países escandinavos, as políticas estatais não têm conseguido debelar o problema da desigualdade de género, sobretudo na esfera privada, não resolvendo a questão da articulação entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico/familiar. Aliás, os mercados de trabalho na Escandinávia são profundamente segmentados - realidade que decorre também do facto de as políticas entretanto gizadas, seja a nível europeu ou nacional, repousarem na falsa neutralidade de género, descurando que os seus efeitos não são idênticos para homens e mulheres (Borchorst, 1990, cit. in Fagan, 1998:s/p; Leira, 1998, 2001; Mahon, 1998).

As teorias que, no âmbito dos estudos sobre o género, se têm centrado nesta temática, analisam em particular as orientações dos Estados-providência. Além do papel crucial que este desempenha nas relações de emprego, é relevada a sua influência no domínio das relações de género. Neste sentido, a centralidade do Estado-providência advém do facto de a sua actuação ser fundamental quer no incentivo (ou desencorajamento) da participação das mulheres no mercado de trabalho, quer no grau de modernização (ou de tradicionalismo) das relações de género na família e na sociedade em geral. No fundo, a questão essencial é a de saber em que medida é que os Estados-providência actuam no sentido de atenuar as desigualdades sociais, incluindo entre homens e mulheres, ou se, pelo contrário, contribuem para reproduzir e reforçar as assimetrias produzidas no âmbito do sistema capitalista e no sistema de género (cf. e.g., Lewis, 1992; Orloff, 1993, cit. in Mahon, 1998: 154; Guerreiro e Romão, 1995; Wall, 1996, 2003; Leira, 1998, 2001; Hirdman, 1998; Fagan, 1998; Drew, 1998; Daly e Lewis, 2000; Perista e Lopes, coord., 1999; Torres *et al.*, 2004).

A maioria das análises feministas tem partido de uma reflexão crítica relativamente à tipologia de Estados-providência elaborada por Esping-Andersen

(1990). A tese central do autor é a de que o sistema de relações industriais, o sistema educacional e o Estado-providência são instituições cruciais da estruturação do emprego. Contudo, aquele último tem um papel crucial no encorajamento (ou desencorajamento) do processo de *desmercadorização* (*decommodification*) dos indivíduos.²⁵ Quando a consagração dos direitos sociais se processa à margem da dependência em relação ao mercado, dá-se um processo de *desmercadorização* ou de independência individual (1990: 21-22). No início da década de 1990, e a partir das diferentes filosofias dos Estados relativamente à *desmercadorização*, Esping-Andersen propôs uma tipologia de regimes de Estados-providência. Esta resultou de uma abordagem centrada nas causas estruturantes e nas forças históricas e institucionais, bem como na diversidade de trajetórias de desenvolvimento e maturação dos respectivos Estados. O autor procurou contemplar as características dos direitos sociais, a posição dos indivíduos no mercado de trabalho e a inerente estratificação social, assim como a relação entre Estado, mercado e família.

Nesta tipologia são identificados três *tipos ideais* de Estados-providência: o liberal ou anglo-saxónico, o continental ou corporativo, e o social-democrata. Segundo o raciocínio de Esping-Andersen, os Estados inspirados na filosofia política da social-democracia intervêm no sentido de regular o mercado de trabalho, tendem a desenvolver políticas sociais que vão ao encontro dos interesses dos trabalhadores, e promovem a solidariedade e a cidadania social por via da igualdade de estatuto (todos os indivíduos, independentemente da classe ou da posição no mercado, são abrangidos pelos mesmos direitos sociais) (Esping-Andersen, 2000: 25). Dito de outro modo, as políticas sociais têm uma abrangência universal e não se limitam à vinculação laboral e contributiva, ao invés do que sucede com os Estados-providência de tipo corporativo e de tipo liberal (Esping-Andersen, 1990, 2000).

Para Esping-Andersen (1990), como já aqui se evocou, os Estados-providência têm um papel fundamental no incentivo ao processo de *desmercadorização* do trabalho, o qual é visto como um pré-requisito da independência dos indivíduos e da consagração da cidadania social. Todavia, como sublinha Jane Lewis (1992:161), o trabalhador que o autor tem em mente é do sexo masculino; as mulheres que não participam na actividade económica estão, por sua vez, ausentes da tipologia proposta. No mesmo timbre Evelyn Mahon ressalta que o processo de *desmercadorização* difere entre os homens e as mulheres; em muitos Estados, a *mercadorização* dos primeiros assentou num processo de *desmercadorização* das segundas, isto é, numa relação de dependência das mulheres relativamente às políticas públicas de bem-estar (situação que esteve longe de as tornar “mais independentes ou mais cidadãs”) (1998:153).

²⁵ Por oposição a *mercadorização*, conceito que se refere ao facto de a sociedade capitalista ter imposto a cada indivíduo a necessidade de vender a força de trabalho para poder sobreviver (cf. Esping-Andersen, 1990).

A tipologia de Esping-Andersen não contempla a relação entre o Estado-providência e o trabalho não-pago - domínio onde se incluem vários serviços sociais que não têm lugar na esfera formal e que são providenciados pelas famílias, *i.e.*, preponderantemente pelas mulheres (Orloff, 1993). Autores como McLaughlin e Glendinning (1994) referem que, para além da *desmercadorização*, é fundamental o conceito de *desfamiliarização* na análise da dicotomia entre “dependência” e “independência” (cit. *in* Mahon, 1998: 158).²⁶ Nesta óptica, as mulheres só serão “independentes”, e só beneficiarão de real liberdade de opção e de escolha, quando as famílias (leia-se as mulheres) estiverem isentas das responsabilidades pela prestação de cuidados de bem-estar à família (e.g. Lewis, 1992, 1998; Daly e Lewis, 2000).

Ainda que não tenha desenvolvido o raciocínio, Esping-Andersen sugere que os regimes de Estado-providência social-democratas são mais favoráveis à igualdade de género, porquanto perseguem uma filosofia de emancipação relativamente à família tradicional (1990: 28). Todavia, Leira (1998) sustenta que, quando se analisa o padrão de relações de género na Noruega, logo caem por terra os princípios delineados por Esping-Andersen quanto às características do modelo de Estado-providência escandinavo (cit. *in* Lewis, 1992: 162; veja-se também Leira, 1998). Esta posição traduz, portanto, a necessidade de integrar a dimensão *relações de género*, bem como o papel das redes de apoio familiares e de prestação de cuidados informais na análise da provisão do bem-estar social.

Jane Lewis (1992, 1998) é, neste debate, uma autora de referência. Primeiramente, a autora critica o modelo proposto por Esping-Andersen alegando que este apenas se concentra na dimensão económica, isto é, nas implicações das políticas sociais emanadas dos Estados-providência na esfera do emprego e nas relações de classes (incentivo ou não à *desmercadorização* do trabalho). Além de subestimar o trabalho não-pago e a prestação de cuidados que tem lugar à margem do sector formal, o autor não contempla os efeitos das políticas no plano sociocultural e nas relações de género. Num segundo momento, J. Lewis propõe uma tipologia que reflecte a forma como os papéis sociais de homens e mulheres são perspectivados pelos diferentes Estados-providência. À luz do raciocínio da autora, todos os Estados modernos subscreveram de algum modo o modelo masculino de provedor de

²⁶ Todavia, o autor viria mais tarde a integrar esta crítica no seu pensamento, sublinhado precisamente, que redutor centrar a análise do bem-estar social apenas nos regimes dos Estados-providência, na medida em que, na sociedade, a família tem um papel preponderante nesse capítulo (cf. Esping-Andersen, 2000: 82).

Pereirinha (1997) sublinha, igualmente, que a tipologia desenvolvida por aquele autor, ao circunscrever-se ao sector formal da economia, exclui da sua análise o sector informal - aliás, preponderante nos países do Sul da Europa; ao mesmo tempo, subestima o papel fundamental dos mecanismos de solidariedade dinamizados pelas redes informais de apoio existentes nas sociedades civis destes países. Neste sentido, importará que as conceptualizações sobre o Estado-providência não se confinem às relações entre o Estado e o mercado formal, mas que abranjam o papel desempenhado pela sociedade civil em geral, desde o agregado doméstico ao sector dos serviços de proximidade prestados em regime voluntariado.

subsistência económica (*the breadwinner model*), ainda que com cambiantes e evoluções relativamente diferenciadas. É então possível, a seu ver, identificar três tipos de Estados-providência:

- **Estado-providência assente no modelo masculino de provedor de subsistência económica**

Este tipo de Estado parte do pressuposto que o homem é o provedor dos meios de subsistência da família e que à mulher cabem as responsabilidades da esfera doméstica e familiar, havendo portanto uma tradição de separação rígida entre a esfera pública e a privada. Os sistemas fiscais baseiam-se na noção de agregado familiar. O sistema de segurança social prevê benefícios sociais para as mulheres dependentes (direitos derivados das contribuições dos cônjuges), pelo que se subentende que os homens beneficiam de segurança social e as mulheres de assistência social. As políticas do foro familiar estimulam as situações em que os cuidados à infância ou a outros dependentes (idosos, doentes ou deficientes) são prestados pela família (ou seja, pela mulher). Nestes casos, a licença parental, além de prolongada, é pouco ou nada remunerada (logo, a probabilidade de ser usufruída pelos homens pais é praticamente nula). A este facto alia-se a escassez de facilidades públicas de apoio às famílias, a rigidez dos horários escolares e a ausência de alternativas extracurriculares (e.g. Inglaterra e Irlanda).

- **Estado-providência parcialmente assente no homem como provedor da subsistência económica.**

Neste caso, ao contrário do modelo anterior, constata-se uma tradição de participação feminina no mercado de trabalho. O Estado tende a promover um conjunto de políticas de inspiração pró-natalista, as quais se destinam a compensar as famílias pelos custos inerentes à natalidade, à manutenção e à educação das crianças. São também concedidas licenças remuneradas de assistência à família, que coexistem com uma rede ampla de serviços públicos de apoio, sobretudo no que concerne à infância (e.g. França).²⁷

- **Estado-providência pouco assente no homem como provedor da subsistência económica**

O Estado, ao abrigo da orientação política dos governos social-democratas, assume que todos os indivíduos adultos em idade activa devem participar na actividade

²⁷ Rachel Silvera (2002) salienta, fundamentalmente, a prevalência de políticas ambíguas neste tipo de Estados, as quais ora apoiam, ora desencorajam, a participação das mulheres na actividade económica (incluem-se aqui a França, a Bélgica e a Holanda). Nestes casos, um sistema de protecção social vinculado à carreira contributiva coexiste com uma concepção tradicional de família.

económica. No caso da Suécia, em particular desde os finais da década de 1960,²⁸ têm sido definidas políticas e medidas tendentes a promover a taxa de actividade feminina. O sistema fiscal e o de segurança social assentam, desde 1971, na noção de indivíduo (sistema de tributação individual). Um dos princípios da social-democracia, debatido e reforçado pelas mulheres deste filão político, é o de que a igualdade pressupõe a não existência de subordinação económica entre os indivíduos. É da responsabilidade do Estado criar e sustentar as condições para que homens e mulheres sejam independentes. Desde então, foi desenvolvida uma ampla rede de infraestruturas de apoio às crianças. Ao mesmo tempo, definiram-se várias políticas e incentivos no âmbito da conciliação entre a vida familiar e a profissional e da igualdade de género. No entanto, continua a recair sobre as mulheres a responsabilidade do trabalho não-pago, o que significa que as relações de género na esfera privada pouco se têm alterado. O facto de as licenças parentais serem usufruídas essencialmente por mulheres fomenta, também, a segregação sexual no mercado de trabalho.

Todavia, a tipologia formulada por Lewis, salvo o seu inegável préstimo analítico e a tónica que coloca na relação entre trabalho pago e trabalho não-pago, não releva o facto de os próprios Estados-providência e as políticas sociais serem influenciadas pelas ideologias de género. É neste sentido que nos parece fundamental introduzir o argumento de Birgitt Pfau-Effinger (1998); como se verá no capítulo seguinte, para esta autora, cada Estado-providência tem incrustadas pressuposições ideológicas dominantes em torno do papel social de homens e mulheres. Nas sociedades em que o contrato de género é mais igualitário, como é caso dos países escandinavos, o Estado tem activamente apoiado a participação dos homens e das mulheres no mercado de trabalho (cf. Duncan, 2000; Crompton, 2002).²⁹ Neste âmbito, a autora defende a necessidade de uma abordagem que

²⁸ Até esta altura, prevalecia na Suécia o modelo tradicional de divisão entre o espaço público (participação masculina) e o espaço privado (domínio feminino). Para um maior desenvolvimento em torno da evolução deste modelo na Suécia, *vide* Lewis (1992); Leira (1998, 2001).

²⁹ Todavia, a partir das análises e dos estudos por nós consultados, fica clara a percepção de que é ilusória a representação de um modelo escandinavo coerente, homogéneo e coeso. Na verdade, são várias as dissimilaridades nos processos de industrialização, de modernização e, posteriormente, de terciarização, bem como no campo das políticas de emprego, sociais e familiares. Na Noruega, por exemplo, o modelo da mulher doméstica foi mais vincado do que em qualquer outro país daquele grupo de países. Constatam-se ainda uma discrepância importante nos padrões de participação feminina na actividade económica, distinguindo-se as Finlandesas, relativamente às Suecas, por um registo de participação mais intensivo, a tempo inteiro (todavia, importa referir que uma proporção significativa destas mulheres se encontra a beneficiar de uma licença parental e que, pese embora estarem contabilizadas nos números da população activa, não estão efectivamente a trabalhar fora de casa). Na Suécia, a par dos equipamentos públicos de apoio à infância, as políticas tendem a incentivar a flexibilidade de tempo trabalho, e as mulheres tendem aqui a prestar actividade em horários reduzidos. Ainda, enquanto o Estado na Finlândia tem procurado providenciar subsídios para assistência a crianças pequenas (políticas individuais), a Suécia tem insistido fundamentalmente na disponibilização de instituições colectivas socioeducativas e de guarda de crianças (políticas colectivas) (cf. Pfau-Effinger, 1999; Bang, Jenson e Pfau-Effinger, 2000; Leira, 1998, 2001).

procure apreender a malha complexa de inter-relações que se estabelece entre as instituições, a cultura e as acções sociais – desafio que passa pelo recurso à abordagem de *gender-arrangement*, a qual sistematizamos no ponto que se segue.

5.4. Teorias sobre a influência dos sistemas culturais na configuração dos contratos de género

A partir daquilo que a própria autora designa como uma abordagem pós-essencialista ou pós-moderna, e através da noção de *cultura de género*, Pfau-Effinger (1993, 1998, 2000; Bang, Jensen e Pfau-Effinger, 2000) defende a importância de uma análise que reúna os factores culturais, alegando que as perspectivas que se centram unicamente nos factores institucionais não conseguem explicar porque razão em alguns países, com contextos institucionais semelhantes, o comportamento e a condição das mulheres no mercado de trabalho é tão contrastante.³⁰

Pfau-Effinger define um modelo de análise assente no conceito de *gender arrangement*³¹ e que reúne três elementos-chave: o *sistema cultural de género*, que faz parte do sistema cultural mais vasto e se reporta, concretamente, aos valores, normas e ideologias de género dominantes na sociedade. Estes estão, por exemplo, na base de construções sociais como a maternidade, a paternidade, a infância; sustentam a valoração conferida às actividades desempenhadas nas esferas familiar e profissional, e moldam as representações sociais em torno dos papéis de género. O segundo elemento do modelo é a *ordem de género*, que se refere às estruturas das relações de género e ao quadro institucional (Estado de bem-estar, família e mercado de trabalho). O terceiro elo fundamental radica nas acções individuais (práticas sociais de homens e mulheres) e colectivas (e.g. papel das associações locais, partidos políticos, movimentos sociais, etc.).

O conceito de *gender arrangement* tem uma dimensão estrutural e relacional, procurando apreender os modos de vida, as negociações, os pactos, as regras implícitas que balizam as relações de género. Reúne os elementos do *sistema*

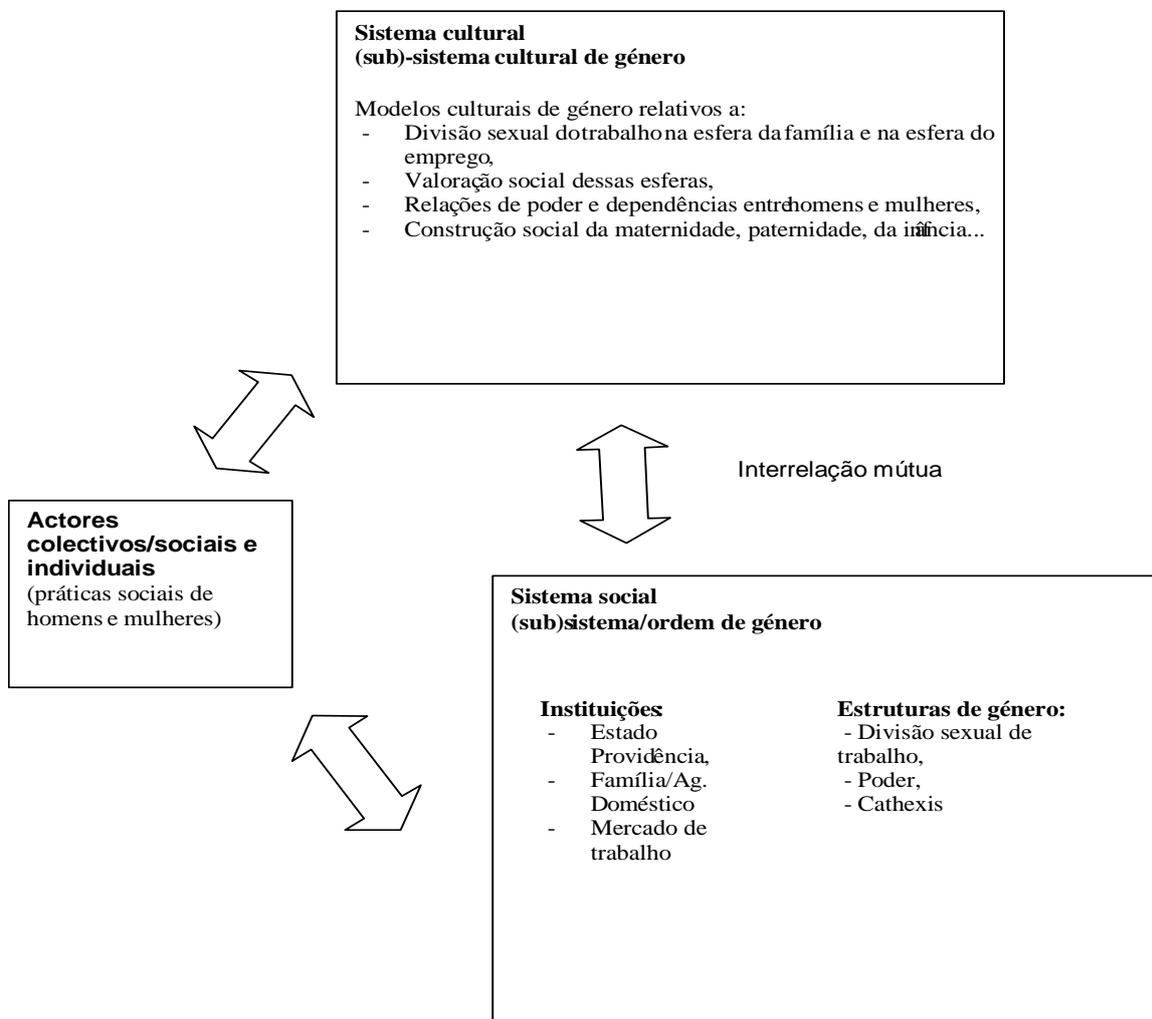
³⁰ As taxas de cobertura dos equipamentos públicos de apoio à família são, nos casos da Dinamarca e da Itália, semelhantes; contudo, o comportamento das mulheres no mercado de trabalho difere grandemente. Evidência que remete para a importância da análise das culturas de género (Bang, Jensen e Pfau-Effinger, 2000).

³¹ Note-se que, no início da década de 1990 (Pfau-Effinger (1993), a autora recorria ao conceito de contrato de género, de Yvone Hirdman (1998), o qual retomaremos mais adiante. Neste texto, (1998b) refere que o conceito de *gender arrangement* é preferível ao conceito anterior, na medida em que tem a mais-valia de incorporar a dimensão cultural (cultura de género) - dimensão que presta um contributo importante aos estudos comparativos sobre o género. Acresce que este conceito não tem implícita a noção de igualdade entre as partes (ao invés daquilo que conceito de contrato pode eventualmente sugerir) (ver também Duncan, 2000).

cultural de género, as estruturas e instituições que integram a *ordem de género*³² e, por fim, os processos de conflito, de consenso e de negociação despoletados pelos actores sociais, colectivos e individuais.

O modelo proposto por Pfau-Effinger (*vide* figura abaixo) visa, a partir de alguns conceitos explicitados por R. W. Connell (1987, 1990) (apreender as inter-relações entre os modelos culturais, as instituições, as estruturas e as práticas sociais (Pfau-Effinger, 1998, 2000). É, pois, a partir deste modelo que a autora propõe que, numa perspectiva comparada e contingencial, sejam analisadas as condições de homens e mulheres em sociedades diferentes.

Figura 3 - Gender arrangement



Fonte: Adaptado de Pfau-Effinger, 1998:178.

³² A Autora inspira-se na abordagem de Connell (1987) e define três tipos de estruturas de género: divisão do trabalho, relações de poder e relações sexuais e emocionais entre homens e mulheres (*cathexis*). Estas três estruturas, ainda que mutuamente interdependentes, são também relativamente autónomas (cf. Pfau-Effinger 1998, 2000). Como previamente referimos, este autor viria em 1990 a integrar no seu modelo uma nova estrutura de género: as relações simbólicas.

Relativamente ao modelo analítico de *gender arrangement*, acima ilustrado, Birgitt Pfau-Effinger concentrou-se nos sistemas culturais de género na Europa ocidental, tendo identificado seis modelos que oscilam entre o tradicionalismo (a assimetria) e uma maior partilha de responsabilidades, deveres e direitos entre homens e mulheres.³³ O quadro seguinte procura sistematizar as características peculiares de cada um:

Quadro 4 - Modelos culturais de género

<p>1. Modelo de género assente na economia familiar</p> <p>Trata-se de um modelo pré-tradicional, no qual homens, mulheres e crianças cooperam na economia familiar (artesanato, agricultura...) enquanto membros da unidade económica "família". A divisão sexual do trabalho varia em função do tempo e dos locais, havendo uma forte interdependência (e dependência mútua) entre os membros, sem que prevaleça uma hierarquia de valor (modelo dominante na Europa quando as sociedades eram fundamentalmente agrícolas).</p>
<p>2. Modelo de género assente no homem como provedor da subsistência económica e na mulher como prestadora de cuidados</p> <p>Este modelo assenta na diferenciação entre as esferas pública e privada. Há uma complementaridade entre estes dois domínios que decorre das diferentes funções que são atribuídas a homens e a mulheres: os primeiros encarregam-se das actividades remuneradas e das responsabilidades públicas em geral, ao passo que as mulheres se ocupam das responsabilidades do foro privado, isto é, das tarefas domésticas e da prestação de cuidados a membros da família (modelo dominante em vários países europeus na primeira fase da modernidade, isto é, após o advento da sociedade industrial).</p>
<p>3. Modelo de género assente no homem como provedor da subsistência económica e na mulher como prestadora de cuidados (a tempo parcial)</p> <p>Trata-se de uma versão ligeiramente mais modernizada do modelo anterior. Ainda que homens e mulheres participem na actividade económica a tempo inteiro, espera-se que, durante as fases em que a maternidade é mais activa, as mulheres se desvinculem da sua relação laboral, ou que a reduzam para tempo parcial, de modo a exercerem as funções para as quais estão <i>naturalmente</i> mais vocacionadas (a prestação de cuidados às crianças) (modelo cultural dominante, actualmente, na Alemanha, por exemplo).</p>
<p>4. Modelo de género assente no duplo rendimento e no Estado como provedor de cuidados</p> <p>Homens e mulheres são encarados, tanto pela sociedade em geral como pelo Estado, como indivíduos detentores dos mesmos direitos e deveres. Ambos participam no mercado de trabalho a tempo inteiro. Cabe ao Estado apoiar fortemente as famílias na guarda e educação dos/as respectivos/as filhos(as) (modelo predominante nos países escandinavos, sobretudo na Finlândia; parcialmente, também em França, ainda que o papel do Estado seja ambíguo).</p>
<p>5. Modelo de género assente no duplo rendimento e na mercantilização da prestação de cuidados</p> <p>Nesta situação, homens e mulheres participam integralmente no mercado de trabalho; a família é considerada como a responsável pela prestação de cuidados às respectivas crianças e, como tal, estas recorrem a serviços domésticos e familiares privados (cf. Bang, Jensen e Pfau-Effinger, 2000) (modelo que, na Europa, está também presente na Inglaterra, ainda que a tendência, nos demais, pareça projectar-se nesse sentido).³⁴</p>

³³ Esta tipologia não deve ser lida como se cada *ideal tipo* fosse estanque, uma vez que, frequentemente, se verificam sobreposições entre si (Bang, Jensen e Pfau-Effinger, 2000.).

³⁴ Mary Daly e Jane Lewis (2000) analisam o conceito de "prestação de cuidados sociais" à luz das actuais transformações registadas nos Estados-providência europeus. Aquele é concebido o conjunto de actividades resultantes da interacção entre Estado, mercado, família e redes informais. Segundo as autoras, assiste-se na Europa, por força do envelhecimento demográfico, da crise financeira dos Estado e da participação laboral dupla (de homens e mulheres), a uma crise da prestação de cuidados. A tendência tem sido, mesmo nos países escandinavos, para a prestação pública de cuidados ser cada vez mais residual, em benefício da crescente mercantilização dos serviços (sobretudo daqueles que recaem sobre a população mais idosa). Na sua perspectiva, esta tendência colide com a noção de direito universal à assistência social (em nome da qual, aliás, muitas pessoas descontaram ao longo da sua

Quadro 5 - Modelos culturais de género (cont.)

6. Modelo de género assente no duplo rendimento e na dupla prestação de cuidados

Trata-se do modelo que mais reflecte uma integração equitativa e simétrica de homens e mulheres na sociedade. Distingue-se do modelo anterior, uma vez que são as famílias (não o Estado) as entidades responsáveis pela prestação de cuidados às crianças. Tal requer que o mercado de trabalho esteja organizado de modo a que ambos os parceiros possam conciliar a vida profissional como a vida familiar (redução do horário de trabalho, por exemplo) (modelo que tem vindo a tornar-se preponderante na Holanda).

Fonte: Adaptado de Birgitt Pfau-Effinger (1999); Bang, Jenson e Pfau-Effinger (2000)

Esta tipologia, contudo, deixa de fora outros modelos culturais, onde poderíamos incluir aquele que se refere a Portugal. Ainda que prevaleça, no nosso país, um modelo assente no duplo rendimento, a verdade é que ele não se enquadra em nenhum dos três modelos acima descritos (problemática que retomaremos na Parte II). Além disso, como observaremos mais tarde, o uso do tempo liberto não é independente do género, pelo que não é líquido que as políticas em torno da redução do tempo de trabalho, nomeadamente na Holanda, tenham induzido uma modernização das relações de género e um modelo assente na dupla prestação de cuidados. Mesmo assim, consideramos tratar-se de uma abordagem pertinente, na medida em que ressalta a influência do modelo cultural dominante em cada sociedade nas práticas sociais de homens e mulheres, na actuação do Estado-providência, assim como na de outras instituições e estruturas da ordem de género.

Em síntese, estas perspectivas têm presente o carácter histórico, dinâmico e contingencial das relações de género. A influência exercida pelo modelo cultural, pelas instituições (estado, mercado de trabalho, família) e estruturas de género (relações de poder, simbólicas, emocionais e divisão sexual do trabalho) é tida como fundamental; ao mesmo tempo, reconhece-se que a dinâmica estrutural e o funcionamento das instituições sociais decorrem de um processo de interpretação subjectiva e de negociação entre os actores.

carreira contributiva), podendo comprometer mesmo a reprodução social (*vide* também Bang, Jenson e Pfau-Effinger, 2000).

Referências bibliográficas

- Abbott, Pamela e Wallace, Claire (1997), *An Introducing to Sociology – Feminist Perspectives*, London: Routledge.
- Amâncio, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A construção Social da Diferença*, Porto: Afrontamento.
- Amâncio, Lígia e Lima, Maria Luísa Pedroso (1994), *Assédio Sexual no Mercado de Trabalho*, Lisboa, Ministério do Emprego e Segurança Social, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego,
- Amâncio, Lígia (2002), "O género na psicologia social em Portugal: perspectivas actuais e desenvolvimentos futuros, *ExAequo*, APEM/Celta, 6, pp: 55-75.
- Anker, Richard (1997), "Theories of occupational segregation by sex: an overview", *International Labour Review*, ILO, 136(3), s/p.
<http://www.ilo.org/public/english/180revue/articles/ank97-3.htm>.
- Atkinson, John (1984), "Manpower strategies for flexible organizations", *Personnel Management*, August: 29-32.
- Atkinson, John e Meager, Nigel (1986), *New Forms of Work Organisation*, IMS (Institute of Manpower Studies), University of Sussex, Report nº 121.
- Bang, H. P.; Jensen, P.H.; Pfau-Effinger, B. (2000), " Gender and European Welfare States: context, structure and agency", in Duncan, Simon e Pfau-Effinger, Birgit, *Gender, Economy and Culture in the European Union*, London: Routledge, pp:115-142.
- Barrett, Michèle (1979), "Christine Delphy: towards a materialist feminism ?", *Feminist Review*, 1, pp: 95-106.
- Barrett, Michèle (1988), *Women's Opression Today – The marxist/feminist encounter*, London: Verso.
- Barron, R.D. e Norris, G.M. (1976), "Sexual divisions and the labour market", in Barker, D. L. e Allen, S., (eds), *Dependence and Exploitation in Work and Marriage*, pp: 47-69.
- Becker, Gary S. (1993), *A Treatise on the Family*, Cambridge: Harvard University Press.
- Beechey, Veronica (1979), "On patriarchy", *Feminist Review*, 3, pp: 66-81.
- Beechey, Veronica e Perkins, Tessa (1987), *A Matter of Hours – Women, Part-time Work and the Labour Market*, Cambridge: Polity Press.

- Beechey, Veronica (1988), "Rethinking the definition of work – gender and work", in Jenson, J.; Hagen, E.; e Reddy, C., *Feminization of the Labour Force – Paradoxes and Promises*, Cambridge: Polity Press, pp: 45-62.
- Blackburn, Robert *et al.* (2002), "Explaining gender segregation", *British Journal of Sociology*, 53(4), pp:513-536.
- Bourdieu, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras: Celta Editora.
- Bradley, Harriet, *et al.* (2000), *Myths at Work*, Cambridge: Polity Press.
- Braverman, Harry (1977[1974]), *Trabalho e Capital Monopolista – A Degradação do Trabalho no século XX*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Bruegel, Irene (1979), "Women a reserve army of labour: a note on recent British experience", *Feminist Review*, 3, pp: 12-23.
- Burchell, B.; Elliott, J.; Rubery, J. (1994, "Divided women: labour market segmentation and gender segregation", in Scott, Alison MacEwen (ed.), *Gender Segregation and Social Change – Men and women in changing labour markets*, Oxford: Oxford University Press, pp: 80-119.
- Butler, Judith (1990), "Gender trouble, feminist theory, and psychoanalytic discourse", in Nicholson, Linda J. (ed.), *Feminism/Postmodernism*, London: Routledge, pp: 324-348.
- Butler, Judith (1993), *Butler Bodies that Matter: On the Discursive Limits of 'Sex'*, London: Routledge.
- Casaca, Sara Falcão (2005), *Flexibilidade de Emprego, Novas Temporalidades de Trabalho e Relações de Género – A reconfiguração da desigualdade nos novos sectores dos serviços*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações, ISEG, Universidade Técnica de Lisboa.
- Castells, Manuel (1997), *The Power of Identity*, Oxford: Blackwell.
- Chafetz, Janet S. (1999), "The varieties of gender theory in Sociology", in *Handbook of the Sociology of Gender*, New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, pp: 3-23.
- Cockburn, Cynthia (1991), *In the Way of Women – Men's Resistance to Sex Equality in Organizations*, London: MacMillan.
- Collinson, David; Knights, David e Collinson, Margaret (1990), *Managing to Discriminate*, London: Routledge.
- Connell, R.W. (1987), *Gender and Power*, California: Stanford University Press.
- Connell, R.W. (2000), *Gender*, Cambridge: Polity Press.

- Crompton, Rosemary e Harris, Fiona (1998), "Explaining women's employment patterns: 'orientations to work' revisited", *The British Journal of Sociology*, 49(1), pp: 118-136.
- Crompton, Rosemary (1999) "The decline of the male breadwinner: explanations and interpretations", in *Restructuring Gender Relations and Employment – The Decline of the Male Breadwinner*, Oxford, University Press, pp:1-25; pp: 201-214.
- Crompton, Rosemary (2002), "Employment, flexible working and the family", *The British Journal of Sociology*, 53(4), pp: 537-558.
- Dale, Angela e Bamford, Claire (1988), "Temporary workers: cause for concern or complacency", *Work, Employment and Society*, 2(2), pp: 191-209.
- Daly, Mary e Lewis, J. (2000), "The concept of social care and the analysis of contemporary welfare states", *The British Journal of Sociology*: 51(2),pp: 281-298.
- Daune-Richard, Anne-Marie (1998), "Qualifications et représentations sociales", in Maruani, Margaret (dir.), *Les Nouvelles Frontières de L'Inégalité – Hommes et Femmes sur le Marché du Travail*, Paris: La Découvert, pp: 47-58.
- Delphy, Christine (1992), " A theory of marriage", in McDowell, Linda e Pringle, Rosemary, *Defining Women – Social institutions and gender divisions*, London: Polity Press, pp: 138-139.
- Delphy, C. e Leonard, D. (1992), *Familiar Exploitation – A new analysis of marriage in contemporary western societies*, Cambridge: Polity Press.
- Dex, Shirley (1988), "Gender and the labour market", in Gallie, D. (ed.), *Employment in Britain*, Oxford: Blackwell, pp: 281: 309
- Doeringer, P. B. and Piore, M., (1971), *Internal Labor Markets and Manpower Analysis*. Lexington, MA: Heath.
- Doorne-Huiskes, Anneke van e Hoof, Jacques van (1995), "Gendered patterns in institutional constraints: an attempt at theoretical integration", in Doorne-Huiskes, Anneke V.; Hoof, J.V.; Roelofs, E. (eds.), *Women and the European Labour Markets*, London: Paul Chapman Publishing Ltd, pp: 96-121.
- Drew, Eileen (1998), "Re-competualising families" e "Changing family forms and the allocation of caring", in Drew, E.; Emerek, R. e Mahon, E. (eds.), *Women, Work and the Family in Europe*, London: Routeledge, pp: 11-26; pp: 27-35.
- Duncan, Simon (2000), "Theorising comparative gender inequality", in Duncan, Simon e Pfau-Effinger, Birgit, *Gender, Economy and Culture in the European Union*, London: Routledge, pp:1-23.
- Esping-Andersen, GØsta (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge: Polity Press.

Esping-Andersen, GØsta (2000), "Um Estado-providência para o século XXI – Sociedades em envelhecimento, economias baseadas no conhecimento e sustentabilidade dos Estados-providência europeus", in Boyer, Robert *et al.*, *Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento - Emprego, reformas económicas e coesão social*, Oeiras: Celta Editora, pp: 79-126.

Evans, Mary (1997), *Introducing Contemporary Feminist Thought*, Cambridge: Polity Press.

Fagan, Colette (1998), "National working time regimes and family life", ESRC Seminar Series, *Parenting, Motherhood and Paid Work: Rationalities and Ambivalences*, University of Bradford.

Fagan, Colette e Lallement, Michel (2000), "Working time, social integration and transitional labour markets", in O'Reilly, J.; *et al. (eds.)*, *Working-Time Changes – Social integration through transitional labour markets*.

Fernandes, Graça Leão e Lopes, Margarida Chagas (2002), " Gender, life cycle trajectories, and their determinants in the Portuguese labour market", Paper apresentado ao Seminário - *Gender – From Costs To Benefits*, Kiel.

Ferreira, Virgínia (1996), "Mujer y trabajo. La división sexual del trabajo en el análisis sociológico: de natural a socialmente construida", in García de Leon, M.A; García de Cortázar, M., Ortega, F: (Coord) *et al.*, *Sociología de las Mujeres Espanolas*, Madrid: Complutense, pp: 93-119.

Ferreira, Virgínia (1999), "A segregação sexual no mercado de trabalho – perspectivas teóricas e políticas, *Sociedade e Trabalho*, 6, pp: 39-56.

Ferreira, Virgínia (2003), *Relações Sociais de Sexo e Segregação do Emprego, Uma Análise da Feminização dos Escritórios em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Feuvre, Nicky Le (1999), "Gender, occupational feminization, and reflexivity: a cross-national perspective", in *Restructuring Gender Relations and Employment – The Decline of the Male Breadwinner*, Oxford, University Press, pp:150-178.

Flax, Jane (1987), "Postmodernims and gender relations in feminist theory", *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 12(4), pp: 621-643.

Forsberg, G.; Gonas, L; Perrons, D. (2000), "Paid work: participation and liberation", in Duncan, Simon e Pfau-Effinger, Birgit, *Gender, Economy and Culture in the European Union*, London: Routledge, pp: 25-48.

Foucault, Michel (1994 [1976]), *História da Sexualidade*, Vol I. Lisboa: Edições 70.

Foucault, Michel (1998), *As Palavras e as Coisas*, Lisboa: Edições 70.

Granovetter, Mark (1985), "Economic action and social structure: the problematic of embeddedness", *American Journal of Sociology*: 481-510.

Gregory, Abigail e Windebank, Jan (2000), *Women's work in Britain and France – Practice, Theory and Policy*, London: MacMillan Press.

Giddens, Anthony (1989 [1984]), *A Constituição da Sociedade*, São Paulo: Martins Fontes.

Giddens, Anthony (2000 [1979]), *Dualidade da Estrutura – Agência e Estrutura*, Oeiras: Celta Editora.

Guerreiro, Maria das Dores e Romão, Isabel (1995), "Famille et travail au Portugal. La coexistence de différentes dynamiques sociales", in Willemsen, Tineke et al. (orgs), *Work and Family in Europe: The Role of Policies*, Tilburg: TUP, pp: 151-165.

Hakim, Catherine (1996), "The sexual division of labour and women's heterogeneity", *The British Journal of Sociology*, 47(1), pp: 178-188.

Hakim, Catherine (2000), *Work-Lifestyle Choices in the 21st Century – Preference Theory*, Oxford, University Press.

Hartmann, Heidi (1979), "The unhappy marriage of marxism and feminism – towards a more progressive union", *Capital and Class*, pp: 1-33.

Hirata, Helena e Kergoat, Danièle (1998), "La division sexuelle du travail revisitée", in Maruani, Margaret (Dir.), *Les Nouvelles Frontières de L'Inégalité – Hommes et Femmes sur le Marché du Travail*, Paris: La Découvert, pp: 93-104.

Hirdman, Yvonne (1998), "State policy and gender contracts – the swedish experience", in Drew, E.; Emerek, R. e Mahon, E. (eds.), *Women, Work and the Family in Europe*, London: Routledge, pp: 36-46.

Kellerhals, Jean et al., (1984), *Microsociologia da Família*, Mem Martins: Publicações Europa-América.

Kergoat, Danièle (1998), "La division du travail entre les sexes", in Kergoat, Jacques et al.,(eds), *Le Monde du Travail*, Paris: Éditions La Découverte.

Kovács, Ilona. (1999), "Qualificação, formação, empregabilidade", *Sociedade e Trabalho*, MTS, 4, Março, pp: 7-17.

Leira, Arnlaug (1998), "The modernisation of motherhood", in Drew, E.; Emerek, R. e Mahon, E. (eds.), *Women, Work and the Family in Europe*, London: Routledge, pp: 159-169.

Leira, Arnlaug (2001), "Work, family and the Welfare State: family change and policy reform in the nordic countries", Paper presented at the conference *Progressing Gender Relations in*

Europe, questions of paid and unpaid work, University of Salford, Manchester, UK, 6-7 Setembro de 2001.

Lewis, Jane (1992), "Gender and the development of welfare regimes", *Journal of European Policy*, 2(3), pp: 159-173.

Lewis, Jane (1998), "Politique familiale et marché du travail: les cas de la Grande-Bretagne dans une perspective européenne", in Maruani, Margaret (Dir.), *Les Nouvelles Frontières de L'Inégalité – Hommes et Femmes sur le Marché du Travail*, Paris: La Découverte, pp: 139-151.

Lipovestky, Gilles (1997), *La Troisième Femme – Permanence et Révolution du Féminin*, Paris: Gallimard.

Lopes, Margarida Chagas (2000), "Trabalho de valor igual e desigualdade salarial: breve contributo na base dos pressupostos do capital humano", *Ex Aequo*, 2/3, pp: 107-116

Lovell, Terry (2000), "Thinking feminism with and against Bourdieu", *Feminist Theory*, London: Sage Publications, pp: 11-32.

Luro, Martine (2001), *Le travail des femmes en France: trente ans d'évolution des problématiques en Sociologie*, Document de Travail, 7, Mars, Centre d'Études de l'Emploi
<http://www.cee-recherche.fr/uk/publicationspdf/01doc07.pdf>.

Mahon, Evelyn (1998), "Changing gender roles, state, work and families lives" e "Class, mothers and equal opportunities to work", in Drew, E.; Emerek, R. e Mahon, E. (eds.), *Women, Work and the Family in Europe*, London: Routledge, pp: 153-158; 170-181.

Martin, L.H. et al (1988), *Technologies of the Self: A Seminar with Michel Foucault*. London: Tavistock. pp.9-15.

Nicole-Drancourt, Chantal (1990), "Organisation du travail des femmes et flexibilité de l'emploi", *Sociologie du Travail*, 2/90, pp: 173-193.

Pereirinha, José A. (1997), "Welfare states and anti-poverty regimes: the case of Portugal", in Rhodes, Martin (ed.), *Southern European Welfare States, Between Crisis and Reform*, London: Frank Cass & CO.Ltd, pp: 198-218.

Perista, Heloísa e Lopes, Margarida Chagas (coord.) et al., (1999), *A Licença de Paternidade – Um Direito Novo para a Promoção da Igualdade*, Lisboa, DEPP, CIDES.

Pfau-Effinger, Birgitt (1993), "Modernisation, culture and part-time employment: the example of Finland and West Germany", *Work, Employment and Society*, 7(3), pp: 383-410.

Pfau-Effinger, Birgitt (1998), "Culture or structure as explanations for differences in part-time work in Germany, Finland and the Netherlands?", in O'Reilly, J. e Fagan, C. (Ed.), *Part-time Prospects – An International Comparison of Part-time Work in Europe, North America and the Pacific Rim*, London: Routledge, pp: 177-198.

- Pfau-Effinger, Birgit (2000), "Conclusion: gender arrangements and social change in the European context", in Duncan, Simon e Pfau-Effinger, Birgit, *Gender, Economy and Culture in the European Union*, London: Routledge, pp:262-276.
- Philips, Anne e Taylor, Barbara (1980), "Sex and skill: notes towards a feminist economics", *Feminist Review*, 6, pp: 79-88.
- Phizacklea, A. E Wolkowitz, C. (1995), *Homeworking Women, Gender, Racism and Class at Work*, London: Sage Publications.
- Pollert, Anna (1988), "Dismantling flexibility", *Capital and Class*, 34, Spring, pp: 42-75.
- Procter, Ian e Padfield, Maureen (1999), "Work orientations and women's work: a critique of Hakim's theory of the heterogeneity of women", *Gender, Work and Organization*, 6(3), pp: 152-162.
- Rosa, Teresa (1998), *Relações Sociais de Trabalho e Sindicalismo Operário em Setúbal*, Porto: Edições Afrontamento.
- Rubery, Jill e Fagan, Colette (1994), "Does feminization mean a flexible labour force", in Hyman,, R. e Ferner, A., *New Frontiers in European Industrial Relations*, Oxford: Blackwell, pp: 140-166.
- Rubery, Jill; Smith, M; Fagan, C. (1999), *Women's Employment in Europe*, London: Routledge.
- Scott, Joan W. (1992), "Deconstructing equality-versus-difference: or, the uses of post-structuralist theory for feminism", in McDowell, Linda e Pringle, Rosemary, *Defining Women – Social Institutions and Gender Divisions*, London: Polity Press, pp: 253-264.
- Silvera, Rachel (2002), *Articuler Vie Familiale et Vie Professionnelle en Europe*, Paris: La Documentation Française.
- Tam, May (1997), *Part-time Employment: A Bridge or a Trap?*, Aldershot: Ashgate.
- Thompson, Paul (1983), *The Nature of Work - An Introduction to Debates on the Labour Process*, London: MacMillan.
- Torres, Anália (1996), *Divórcio em Portugal – Ditos e Interditos*, Oeiras: Celta Editora, pp: 179-188.
- Torres, Anália e Silva, F. Vieira da, (1998), "Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres", *Sociologia - Problemas e Práticas*, 28, pp: 9-65.
- Torres, Anália (2001), *Sociologia do Casamento – A Família e a Questão Feminina*, Oeiras: Celta Editora.

- Torres, Anália (coord.) *et al.*, (2004), *Homens e Mulheres, Entre Família e Trabalho*, DEEP/CITE, Estudos 1.
- Vale de Almeida, Miguel (2000), *Senhores de Si, Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa: Fim de Século.
- Walby, Sylvia (1986), *Patriarchy at Work – Patriarchal and Capitalist Relations in Employment*, Cambridge: Polity Press.
- Walby, Sylvia (1990), *Theorizing Patriarchy*, Oxford: Basil Blackwell.
- Walby, Sylvia (2000), "Re-signifying the worker: gender and flexibility", in Jenson, Jane; Laufer, Jacqueline e Maruani, Margaret, *The Gendering of Inequalities: Women, Men and Work*, Aldershot: Ashgate Publishing Limited, pp: 81-89.
- Wall, Karin (1996), "Portugal: Issues Concerning the Family in 1996"
<http://www.iec.uminho.pt/cedic/textos/fampol/fppart1.htm>.
- Wall, Karin (2003), "Famílias monoparentais", *Sociologia - Problemas e Práticas*, 43, pp: 51-66.
- West, Candace e Zimmerman, Don H. (1987), "Doing gender", *Gender & Society*, 1(2), pp: 125-151.
- West, Candace e Fenstermaker, Sarah (1995), "Doing Difference", *Gender & Society*, 9(1), pp: 8-37.
- Wharton, Amy, S. (1991), "Structure and agency in socialist-feminist theory", *Gender & Society*, 5(3), pp: 373-389.
- Witz, Anne (1999), "Women and Work", s/p
<http://www.atsweb.neu.edu/womens.studies/witz.htm>.

